



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 03 **(27 de Abril de 2010)**

--Nos termos do disposto do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, reuniu na cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, da sua Presidente efectiva, Dra. M.^a Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão, coadjuvada pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos e pela 2ª Secretária, Dra. Joana Maria Ferreira Vergas, ambos do PS. -----

--Assinaram a "Lista de Presenças" para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia: --

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD-----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD-----

Bernardo José Martins Pereira, PS-----

Carlos Manuel da Silva Mota, CDU-----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS-----

Pedro Miguel Barata Almeida, PSD-----

António Pedro Mendonça Vieira, BE-----

António José de Amendoeira Pego, PS-----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD-----

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS-----

Maria Emília da Graça Soares, CDU-----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS-----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS-----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD-----

Gonçalo Ferreira Gaspar, PSD-----

Maria Odete Cosme, BE-----

Hugo Albuquerque, PS-----

Rodrigo António Rodrigues, CDU-----

Manuel Luís Salgueiro, PS-----

João Vasco Clemente Mota, PSD-----

Rogério Luís Dias Santos, PS-----

José António Coelho Sobreira, PS-----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS-----

g. guijar
PS

Joaquim Edgar de Oliveira, PS-----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----

--Para além de todos os membros acima mencionados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal, o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Vereador Paulo Neves, o Sr. Vereador Fernando Martins, o Vereador Sr. Eng. Pedro Gil o Vereador Prof. Mário Júlio Reis e o Sr. Vereador Dr. Pedro Reis. -----

Faltou à reunião o Sr. Fernando de Jesus Ramos, do PS que justificou a sua falta. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e vinte e quatro minutos. -----

ORDEM DO DIA

--**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Com a tomada de posse do Sr. Hugo Abreu em substituição da Dra. Rita Gameiro, que pediu, portanto, a cessação do mandato nesta Assembleia por ter assumido o cargo de Vereadora". -----

--**O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Hugo Albuquerque, do PS**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu abaixo assinado, juro solenemente por minha honra e com lealdade as funções que me foram imputadas". -----

--**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Quería novamente cumprimentar todos os membros da Assembleia, a Comunicação Social e todas as pessoas que estão a assistir. Vamos dar continuação à Ordem de Trabalhos. No período Antes da Ordem do Dia deram entrada seis moções, um voto de pesar e uma saudação do 1º de Maio, em relação às moções que deram entrada e para que não aconteça o que aconteceu na Assembleia passada que, depois de termos gasto o período antes da ordem do dia, ainda discutimos as moções que tinham dado entrada na mesa e não tinham sido lidas. -----

Desta vez vamos ter que disciplinar o tempo e dividir os 60 minutos previstos na Ordem do Dia por estas moções, nomeadamente entre a leitura das moções, o debate e a aprovação. Temos sete moções, uma moção que foi enviada pela Juventude Socialista, uma moção do BE sobre a "União dos Jardins", a resposta da Assembleia sobre o pedido de esclarecimento também do BE, a "Taxa da Derrama" e "Falta de água no Cartaxo" do BE, o Grupo do PSD tem uma recomendação e a moção "Plano de Saneamento Financeiro, onde estás?". -----

Pego aos membros dos grupos municipais e ao executivo da Câmara, que sejam sucintos na apresentação. -----

Entretanto deu entrada um pedido de prolongamento do Período Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos, como o Regimento diz que antes de esgotado o período dos 60 minutos não explica, não especifica se é no último ou no primeiro minuto, o requerimento terá que ser aceite, teremos então 90 minutos para dividir pelas sete propostas". -----

--**A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sra. Presidente, gostava de colocar um ponto prévio. Não recebi documentação para esta Assembleia. Estou a ver que há elementos da Assembleia que têm a documentação, não sei se fizeram a impressão de toda a documentação. A não ser isso, gostava de saber qual foi o critério para a entrega ou não entrega a alguns e deixar outros de fora, muito obrigado". -----

--**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Primeiro, vou responder à Eng.ª Luísa Pato, depois tenho também um pedido a fazer à Assembleia. Ficou decidido na última Assembleia e foi votado por unanimidade, que se passavam os documentos por

guyos
Paul

e-mail, excepto para aqueles membros que não tinham email, que neste caso são seis pessoas que teriam que ter os documentos em papel. -----

Daí haver alguns elementos que têm em papel e talvez outros que também tenham em papel porque fotocopiaram. Também pedi para que houvesse a possibilidade de existirem extensões ao longo da sala para os elementos dos grupos municipais que quisessem trazer o computador e utilizá-lo. -----

Eu quero ainda pedir à Assembleia para que a acta da Assembleia passada de 17/02/2010 não seja lida nesta Assembleia, e só seja aprovada na próxima, porque aqueles que me responderam com dúvidas e dizendo aqui falta-me a minha intervenção, ali não sou eu a falar mas é outra pessoa. Portanto, foi muito complicado, é uma acta que tem 66 páginas, porque continha tudo o que foi dito e, inclusivamente, alguns erros ortográficos, e eu não gostaria que daqui a alguns anos, alguém que viesse fazer um estudo sobre o que foi o passado e a Assembleia Municipal do Cartaxo, encontrasse um português que não deve ser utilizado, com erros ortográficos, de maneira que pedia aos senhores membros se alguém se opõe, se têm alguma coisa a levantar". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O BE gostava de solicitar, concordando com a Sra. Presidente da Assembleia com o que acabou por dizer sobre a acta e para podermos fazer as propostas de correcção mais consciente possível, gostávamos de solicitar a gravação da anterior Assembleia para podermos fazer a proposta de correcção, obrigado". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Vou envidar os esforços para que essa gravação lhe seja enviada, assim como, se outro Membro da Assembleia o solicitar, a Assembleia é pública, portanto, o acesso à acta também é público". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pego, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sugeria algo era mais cordial, mais simples, era ser enviada uma cópia a cada grupo e passar a ser prática corrente". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Penso que podemos, a partir deste momento, passar ao Período Antes da Ordem de Dia, são 17 horas e 37 minutos. Passo a ler a moção enviada pela Juventude Socialista do Cartaxo". -----

Moção da Juventude Socialista do Cartaxo sobre a "Mais um passo para aproximar a autarquia dos cidadãos" (Anexo 1): -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Gostaria que a Sra. Presidente distribuisse uma cópia por todas as bancadas, acho que era importante". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eng.º Pedro Barata, por favor". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Eng.º Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Era só para colocar uma questão, o subscritor deste documento é o Vasco Miguel Casimiro?" -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"...É do PS, assinou o coordenador". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Eng.º Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Como a Sra. Presidente sabe e como nós sabemos, o coordenador do Secretariado não é membro desta Assembleia, portanto, não pode subscrever." -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Esta moção não foi assinada, mas veio ao plenário pela Dra. Rita Monteiro, Grupo do PS, foi-lhe pedido e ela subscreve, foi ela que apresentou a moção". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não temos nada a opor a esta moção da Juventude Socialista, ficaríamos bastante mais satisfeitos, se o que a lei obriga que esteja no site da Câmara lá se encontrasse e, isso, não se encontra. Portanto, se entrar nas redes sociais fôr mais uma desculpa para não se cumprir a lei, no que diz respeito à publicitação online, aí já não gostamos". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a este assunto permitam-me que dê uma informação, que tem a ver exactamente com a ideia corrente de que a CMC deve apoiar-se nestes elementos, para de uma melhor forma interagir com os nossos munícipes. Tal facto justifica-se com os elementos apresentados, através de uma maior abertura e apetência para a sociedade em estar atento a estes detalhes. -----

Desde Dezembro último foram desencadeados estudos de exemplos de outras autarquias, que já se encontram com estes elementos on-line. Não queríamos, contudo, que fosse, digamos que uma "arma política" do Executivo da Câmara Municipal, tentando por todas as formas isentar e tirar essa imagem negativa desta abertura, que se pretende profícua para os munícipes e não um meio de propaganda e de passagem de informação tendenciosa. Este facto tem sido para nós aprofundado. Temos alguns exemplos, a Câmara Municipal de Lisboa é um deles. -----

De qualquer forma e tecnicamente este assunto, como digo, está a ser explorado pelo Gabinete de Imagem e Comunicação, para integrar em tudo aquilo que já existe no site e criar uma maior proximidade, de forma a obter os objectivos que são nobres, por assim dizer e, não mais simplistas e de mera divulgação, que não a de informar com rigor e de aproximar a população a este centro de decisão." -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Presidente da Assembleia não havendo mais intervenções, muito rápido porque falta 1 minuto para esgotar os dez minutos para cada proposta". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a esta matéria, não discordamos da ideia mas pensamos que isto é uma recomendação para a CMC e não para a Assembleia Municipal, visto que esta não cria este site. Deve ser o próprio Conselho Municipal da Juventude a criar o seu site e a pôr todas as notícias, independentemente das cores políticas que possam ser da juventude e organismos juvenis do concelho a colocarem lá as suas informações". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Um aspecto colateral a este que foi referido pela Sra. Emília no que diz respeito à questão do Conselho Municipal de Juventude, tenho uma questão a colocar, só tenho pena não estar o Vereador Pedro Gil que é o responsável pelo pelouro, por declarações proferidas por ele na Rádio Cartaxo, ouvi que ele já enviou missivas ou convocatórias para as organizações juvenis do concelho com vista à constituição ou activação do Conselho Municipal de Juventude. Tive o cuidado de me informar e a Juventude Comunista Portuguesa do Cartaxo, não recebeu nenhuma convocatória e, portanto, penso que não sei se as outras juventudes partidárias receberam, estão aqui representantes de duas, a JSD e a JS, mas não deixo de estranhar o facto de a JCP não ter recebido e quero que isso fique registado e corrigido." -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

C3.
gato
FW

"É um tema que está anotado, vou pedir ao Sr. Vereador Pedro Gil, que como sabem houve alteração na composição do Concelho Municipal da Juventude. Não havendo mais intervenções, passo à votação. A moção foi aprovada por unanimidade". -----

A Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprovar a Moção da Juventude Socialista do Cartaxo sobre a "Mais um passo para aproximar a autarquia dos cidadãos", com 27 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Informo que deu entrada na Mesa, um pedido de prolongamento do Período Antes da Ordem do Dia, entregue pelo BE. (Anexo 2). -----

Vamos passar à proposta do BE, a União dos Jardins, esta proposta levará o nº2, são 17.45m, temos 10m. Dr. Pedro Mendonça, acho que queria ler a proposta". -----

Moção do BE sobre a "União dos Jardins" (Anexo 3): -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a moção sobre a União dos Jardins. (Anexo 3) -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Entendo que as questões apresentadas têm base numa análise que é iminentemente superficial. As questões esplanadas foram em alturas próprias esclarecidas, até nos meios de comunicação social e cada uma devidamente debatida com uma explicação cabal que, no meu entendimento esbatia totalmente estas dúvidas. -----

Em relação ao abate das árvores que se apelida sem critério e até produzido por alguém que não está credenciado para o efeito, estando o estudo assinado por alguém com competências e devidamente credenciada pela ordem profissional que tutela, ou agarra em si essas responsabilidades, a situação está ultrapassada. Não foi um estudo feito por ninguém ignorante na matéria. Provavelmente, haverá um desconhecimento que há arquitectos socialistas nestas áreas mas, de qualquer forma, eles existem e estão a trabalhar. Porventura, estas questões remontam ao estudo de 2007, não foram acompanhadas na apresentação dos elementos completos e na altura foram prestados esclarecimentos, na Assembleia em mandatos anteriores. -----

Entendo que, por parte da parte da CMC, há toda a disponibilidade para mostrar os processos e caso haja esta mesma necessidade de se tirar cópias, assumiremos o ónus dessas despesas que, como calculam são enormes, porque um processo desta natureza é pesado e os custos associados a cópias são imensos. -----

Por outro lado, a questão dos monumentos também na altura desmistificada, os mesmos estiveram aqui e o seu transporte atrasou-se dois dias. Aguardaram dois dias por um transporte que entretanto não chegou e, no dia em que houve esse compromisso por parte do executivo, eles foram transportados para o parque de máquinas. -----

O financiamento está assegurado por instituições financeiras da praça, provavelmente, quererão ver o comprovativo deste financiamento que teremos oportunidade de enviar. -----

Quanto à questão do arqueólogo, também já temos a designação da equipa, são um ou dois arqueólogos que estão designados para o acompanhamento desta obra e teremos oportunidade também de enviar, via correio electrónico, os elementos referentes a esta mesma equipa. -----

Todo o processo do Tribunal de Contas está a decorrer de forma normal, não percebo porquê tanto alarido e preocupação com uma obra que é tão vital para o Concelho. -----

Neste momento está a andar com toda a força e pujança, devíamos todos de apoiar e de estar do lado desta mais-valia para a cidade e para o concelho". -----

7. *gaspar*
gaspar
gaspar
--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Carlos Mota, por favor". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Entrecruzam-se aqui várias questões sobre as quais a CDU em devido tempo tomou posição e agora apareceram mais elementos, nomeadamente apresentados pelo Sr. Vice-Presidente e, que não posso deixar de apreciar. No que toca ao abate das árvores, para nós, a partir do momento em que o projecto arranca tal como ele está, nem se coloca a questão de quais são as árvores sãs e saudáveis para abater na área em que ser aberto o buraco para o parque. -----

A CDU tendo estado sempre a favor da união dos jardins, contesta muitos dos aspectos deste projecto, que ao contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente diz, e ele está a confundir divulgação com discussão pública, o projecto nunca esteve à discussão pública e, mesmo a própria divulgação foi uma divulgação muito restrita que muitos autarcas não tiveram conhecimento, nem genérico, quanto mais detalhado do projecto. -----

Sr. Vice-Presidente, talvez por estar só há seis meses em funções não está bem informado desse detalhe. -----

No que respeita ao transporte dos monumentos, o Sr. Vice-Presidente alega que se atrasou dois dias, não foram dois dias mas foram oito meses, e foram oito meses porquê? Porque a justificação que foi dada pelo Sr. Presidente da Câmara para que os tapumes tivessem sido postos na terceira semana de Agosto do ano passado, foi exactamente a grande justificação, e que os monumentos fossem desmontados, devidamente acondicionados e guardados com toda a segurança e cuidado. Portanto, não é uma questão de atraso de dois dias é um atraso de oito meses. -----

No que respeita ao estudo do abate das árvores, devo dizer que não posso também concordar com o Sr. Vice-Presidente. Se o estudo foi feito por uma arquitecta do Gabinete do Projecto, segundo o que foi afirmado aqui, percebi que tinha sido feito por uma arquitecta do Gabinete do Projecto. -----

Relativamente à questão do Tribunal de Contas, a resposta que o Sr. Vice-Presidente dá, de que se trata de uma obra vital, eu também discordo. Trata-se sem dúvida de uma obra importante, tão importante que a CDU sempre foi a favor da união dos jardins, estando obviamente contra este projecto concreto em vários dos seus detalhes que tem pormenores graves quanto a nós. Mas daí até ser uma obra vital, Sr. Vice-Presidente, obra vital é o Casal Branco ou o Valleypark, isso é que são obras importantes. As outras são vitais porque são essas obras que contribuem para a resolução do grave problema social que o concelho atravessa. -----

Para terminar, devo dizer que a posição da CDU relativamente às árvores é esta, o abate era inevitável. A CDU fará oportunamente um histograma de todo este processo, onde apresentará a sua posição relativamente a cada um dos aspectos, aqueles em que está de acordo e aqueles em que não está de acordo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Muito boa tarde mais uma vez, quero cumprimentar a Mesa, os vereadores, o executivo, caros colegas e comunicação social e público, queria só deixar um dado que o Sr. Vice-Presidente referiu que tinha dado todos os esclarecimentos sobre estes assuntos na comunicação social e queria lembrar que foram uma declarações extremamente graves, no sentido em que o mesmo disse que a obra iria iniciar a "todo o gás" sem qualquer visto do Tribunal de Contas, sem também demonstrarem que já tinham financiamento total para a realização da obra. -----

Vivemos num estado de direito com regras e regras como a lei está acima de tudo, não podendo ser ultrapassada por qualquer capricho político." -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Pergunto à Assembleia se querem prolongar um pouco mais para as respostas do Sr. Vereador. Este período que já está esgotado e foi ultrapassado em cinco minutos e, depois terá que haver um encurtamento nas outras propostas porque os noventa minutos termina às 18,54h. -----

Não havendo da Assembleia o prolongamento desta proposta para discutir esta moção, passo então à votação, quem vota a favor, quem se abstém, quem vota contra, a moção foi recusada com 7 votos a favor do PSD, 2 votos do BE, votos contra, 15 do PS e 3 abstenções da CDU". -----

A Assembleia Municipal deliberou rejeitar por maioria a Moção do BE sobre a "União dos Jardins", com 9 votos a favor, 7 do Grupo do PSD e 2 do Grupo do BE, 15 votos contra do Grupo do PS e 3 abstenções do Grupo da CDU. -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Passamos à proposta que terá o nº 4, sobre «Respostas à Assembleia -Pedido de esclarecimento»".-----

Moção do BE referente a "Respostas à Assembleia - Pedido de esclarecimento" (Anexo 4): -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a moção referente a "Respostas à Assembleia - Pedido de esclarecimento". (Anexo 4) -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O Sr. Presidente sabe certamente o que cada um dos avançados faz e produz com todo o rigor e controlo sobre as suas funções, sobre o seu apoio à autarquia, essa informação naturalmente que será disponibilizada em breve. -----

Em relação às horas extraordinárias, vou fazer este levantamento e confesso que, na altura e fruto das respostas ou das perguntas terem sido muito densas, não percebi que havia uma área da minha responsabilidade e não entendi assim e, dessa forma, vou disponibilizar esta informação o mais breve possível. -----

Quanto à avaliação do campo da feira, sinceramente, não estou em condições de dizer qual foi a data da sua avaliação, porque apenas houve um contacto, que não foi feito por mim, com o Engº Victor Felisberto, que como sabem conheço. -----

Tal como muitas outras situações que acontecem, as empresas e os técnicos da região que colaboram com a nossa diária necessidade, vou ter que verificar essa situação, porque quem tratou de toda esta parte foi a Vereadora Dra. Rute Ouro. -----

Sei que foi entregue pessoalmente na CMC, mas vou apurar a data e verificar se existem os registos de entrada do engenheiro, ou algo que comprove a vinda dele ao Município. Estas questões acabam, na minha opinião, particularmente esta da avaliação assim como qualquer outro trabalho que seja feito por adjudicação e ajuste directo, dentro das normas legais. Tal como é legal a obra está a avançar, não se cometeu nenhuma ilegalidade. -----

Na minha opinião são subsidiárias, não têm peso nenhum em termos da gestão futura do concelho". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Esta minha intervenção e pedido de esclarecimento são dirigidos à Sra. Presidente. Por aquilo que já percebi, o BE obteve total ou parcial resposta às questões que colocou, não sei se houve mais questões de outras bancadas mas isso não é relevante. -----

Sendo as perguntas desta ou daquela autoria, as respostas são para a Assembleia e para todos os seus membros. Se foi dada resposta ao BE, ainda bem que sim, mas ainda mal que não foi a toda a gente,

27.
J. J. J.
P. J. J.

essa é uma questão. Também não posso deixar de sublinhar, é que mesmo que tenha sido dada resposta ao BE, foi completamente fora dos prazos legais, normais e consensuais, porque o prazo legal é de 15 dias, prorrogado por outros 15 e passaram pelo menos 2 meses, pelo que todos os prazos legais foram largamente ultrapassados. -----

Quero também chamar a atenção para o facto de ser um pouco demonstrativo, ou seja é mais uma demonstração em como tem havido outras desconsiderações, por parte do Presidente do Executivo Municipal relativamente à Assembleia Municipal, porque é não terem em consideração das suas obrigações para com a Assembleia Municipal. Aí, sou forçado a chamar a atenção da Sra. Presidente para que providencie as diligências necessárias, no sentido de não ser desrespeitada e desconsiderada a Assembleia Municipal, porque isto é desconsideração por todos os membros da Assembleia Municipal, o que é inadmissível. Isso já aconteceu noutras ocasiões e estou a reportar-me só a este mandato, e se quiserem posso dar exemplos". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Quando me foi pedido ou dito que as respostas que o Sr. Presidente da Câmara tinha ficado de dar, e acho que disse e está em acta que daria por escrito, ainda não tinham chegado e tinham passado os prazos, imediatamente officiei em nome da Assembleia Municipal, no sentido das mesmas serem no mais breve espaço de tempo. -----

Entretanto a documentação chegou à Assembleia e enviei imediatamente ao BE, erro meu e assumo, que não mandei para os outros grupos municipais, coisa se entenderem passo a fazer a partir de hoje". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Fico contente pelo Sr. Vice-Presidente ter respondido a uma das inúmeras questões que têm sido colocadas por nós, e a questão que respondeu foi o facto do Sr. Presidente da Câmara saber quem são os avençados e quais são as horas extraordinárias mas não dizer. Escreveu em officio que me foi enviado dizendo que estava a aguardar". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O Sr. Vice-Presidente falou que todos os ajustes directos e todos os procedimentos devem decorrer dentro dos termos legais. É por isso mesmo que insistimos nos dados sobre a aquisição dos serviços ao Capitão Eng.º Felisberto e também, dentro dos termos legais, a nossa preocupação pelo não visto do Tribunal de Contas, porque o senhor saberá que há o cronograma de obra que tem sido respeitado e que tem de ser respeitado e, se não houver visto do Tribunal de Contas, tudo o que fôr para além do cronograma que está estabelecido naquela 1ª fase até ao visto, não pode ser paga ao empreiteiro. É por isso que nós temos preocupação e esse cronograma nunca nos foi facultado". -----

Moção do Bloco de Esquerda sobre a "Taxa de Derrama" (Anexo 5): -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a moção sobre a "Taxa de Derrama". (Anexo 5) -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Permitam-me que discorde de alguns dos argumentos apresentados pelo BE, de uma forma imediata e cabal, no instante em que as questões foram levantadas à CMC suscitaram as devidas dúvidas. -----
Todo o trabalho que foi levado a cabo e, que o próprio executivo foi imediatamente condenado por incompetência, o executivo não, até foram os trabalhadores da autarquia terem sido condenados por incompetência. -----

13.
guia
Paul

Foi por nós questionado, como quaisquer intervenções que aqui sejam proferidas da parte do executivo, o facto de haver todo o interesse e abertura em verificar se o caminho é exactamente aquele ou se há medidas de melhorias a adoptar. -----

O Sr. Director Geral dos Impostos reconheceu que os nossos serviços e, felizmente, mais uma vez como é apanágio de quem trabalha na CMC, estiveram correctos e ao mais alto nível no desempenho das suas funções, reconhecendo que um eventual erro de introdução mal colocada na plataforma informática seria claramente porque havia um progresso a adoptar na plataforma. -----

Por parte do executivo e de todos que fazem parte do executivo dos diversos partidos, houve um acolher claro de que as taxas seriam as que foram inclusivamente apresentadas a esta Assembleia e aprovadas. - No entanto, todo o cronograma a sequência dos acontecimentos foi, na altura, mal apresentada pelo BE, foram apontados "dedos" a quem absolutamente não tinha conhecimento e estava consciente de que as questões estavam a ser bem desenvolvidas, todo o processo estava a ser bem conduzido. -----

A partir daí, creio que importa sublinhar em que, em defesa dos nossos comerciantes, o executivo esteve em defesa de todas as empresas que naquelas condições têm os resultados tributáveis inferiores a 150 mil euros, o executivo municipal e a Assembleia Municipal estiveram lá. -----

A taxa foi aprovada pelo Director Geral dos Impostos indo ao encontro das intenções do executivo camarário e dos nossos membros da Assembleia. Acho que isso é importante que naquelas condições têm os resultados tributáveis inferiores a 150 mil euros". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não estou a perceber porque é que o Sr. Vice-presidente está a responder a todos os pontos. Isto é uma Assembleia Municipal, ninguém pediu a palavra dos intervenientes, ninguém pediu que o Sr. Vice-presidente se pronunciasse sobre nenhum ponto até agora. Isto, não é uma reunião de Câmara mas sim uma Assembleia Municipal com as suas competências próprias e o Sr. Vice-presidente em representação do executivo municipal falará quando fôr solicitado pela Assembleia, que não foi até agora. Está a ser suscitado pela Presidente da Assembleia que é completamente diferente, perdoem a intervenção". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"É meu entendimento mas se a Assembleia achar que não, depois podemos pôr à votação o funcionamento da Assembleia. Entendo que será mais fácil o Sr. Vice-Presidente esclarecer, no sentido das eventuais perguntas que possam vir da bancada sejam mais concretas. Daí entender que se deva também dar a palavra ao executivo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Compreendo a boa intenção da Sra. Presidente, mas o Sr. Vice-Presidente até agora não deu nenhum esclarecimento, mesmo não lhe tendo sido solicitado. Tem falado mas não tem dito absolutamente nada. Sr. Vice-Presidente, denoto que se afasta cada vez mais do Dr. Paulo Caldas, porque ele quando chamámos a atenção pela Derrama, o Sr. Vice-Presidente diz que ficou com muita atenção ao assunto, o Dr. Paulo Caldas chamou-me arruaceiro e que iria pôr um processo em tribunal para a nossa perda de mandato, bem como pedir a nossa demissão. -----

Compreendo que o problema do Doutor Paulo Caldas é ele próprio. A sua vitimização cada vez que é chamado à razão e cada vez que lhe dizemos algo que tem de corrigir, agora não façam o papel de polícia bom e do polícia mau, que depois há um Paulo que falta e outro que vem dizer que nós demos atenção. Não deram Senhor Vice-Presidente, o executivo só deu atenção no fim de muita pressão e, disse Sr. Vice-Presidente, não tiveram mal para a população do Cartaxo porque se estivessem em vez de estarem na rádio a chamarem-nos arruaceiros estavam a tratar dos assuntos da Câmara. -----

Já agora gostava de saber se mantém a intenção de gastar dinheiro em processar-nos? A pergunta não é para si, quem disse que nos processaria foi o Presidente Paulo Caldas". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Aquilo que a colega Luísa Pato disse é o seguinte, os documentos não têm todos o mesmo tratamento. O documento anterior era um pedido de esclarecimento não era uma Moção e este é uma Moção não é um pedido de esclarecimento. Portanto, se fôr um pedido de esclarecimento, o mesmo está automaticamente por escrito e solicitado e deve ser dado, enquanto no caso das moções só realmente havendo uma solicitação de alguém. É uma questão de documentos, há documentos em que deve ser dada a palavra para esclarecimento, noutros eventualmente não. Na minha opinião, não me parece que seja algo de transcendente". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não havendo mais intervenções, passamos à votação da Moção. A mesma foi rejeitada com 5 votos a favor, 3 da CDU, 2 do BE, 6 abstenções do PSD, e 15 votos contra do PS. -----

Passamos então ao pedido de esclarecimento feito pelo BE que é a falta de água no Cartaxo, pedido de esclarecimento do Dr. Pedro Mendonça vai ler". -----

A Assembleia Municipal deliberou rejeitar por maioria a Moção do BE sobre a "Taxa de Derrama", com 5 votos contra, 2 do Grupo do BE e 3 do Grupo da CDU, com 15 votos contra do grupo do PS e 6 abstenções do Grupo do PSD. -----

Pedido de esclarecimento do Bloco de Esquerda sobre a "Falta de água no Cartaxo" (Anexo 6): ----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Leu o pedido de esclarecimento sobre a "Falta de água no Cartaxo". (Anexo 6) -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Passo a explicar de forma muito simples e sintética o que se passou realmente naquele dia, porque para além daqueles que o Senhor Deputado saudou por terem lá estado presentes, eu passei o fim-de-semana com os BMC no local e não recebi horas extraordinárias. -----

Todo este sistema exige redundância e desdobramento da paralela que está noutras das bombas, há sempre duas bombas a abastecer cada depósito. -----

Durante uma semana houve uma avaria numa bomba, que foi ser reparada, pelo que houve o cuidado retirá-la e enviá-la para reparação. Porém, a outra bomba de reserva que estava a trabalhar também avariou. -----

Ninguém poderia prever uma situação destas, é algo improvável de acontecer, por outro lado, é fruto das necessidades existentes, não só houve um reforço com os meios dos bombeiros municipais como a forma imediato com técnicos da empresa concessionária das águas, que no domingo às 8 da manhã estavam cá e se iniciou um "bypass" das bombas que abastecem Vale da Pinta e Ereira. -----

Naquele momento havia uma passagem da água para o depósito elevado do Cartaxo. Mediante estas condições, começámos a ter água e no domingo isso sentiu-se. No sábado, a água faltou cerca das 09.30h da manhã, a partir daí houve outra interrupção no período da noite, tendo ela sido restabelecida cerca das 16 horas, ainda que em algumas situações não tivesse o caudal e a pressão suficientes para garantir as condições mínimas de qualidade e conforto. -----

Por outro lado e em paralelo, verificou-se a necessidade de adaptar a rede, no sentido de Vila Chã de Ourique fornecesse parte da água do Cartaxo. Efectuou-se um abrir e fechar de válvulas, com as devidas adaptações, permitindo que a situação fosse reposta na segunda-feira de manhã com todos os níveis necessários. -----

Sucesso
RN

Não entendo que da parte do executivo tenha havido um desacompanhamento e muito menos no que refere à concretamente à questão da comunicação, porque no próprio dia que faltou a água, era sensivelmente 12 horas, estava em directo na Rádio Cartaxo e que a mesma, fruto da sua também dinâmica, conseguiu que durante o fim-de-semana houvesse a divulgação do problema. -----

Não havia outro órgão de comunicação social que nos conseguisse valer e, no fim-de-semana da Páscoa, em que toda a gente estava recolhida nas suas casas em família, foi optimizada a forma como tínhamos para comunicar com as pessoas e de forma imediata. Na minha opinião, não houve erro mas sim uma preocupação no sentido de esclarecer a população e de permitir às pessoas que tivessem nas suas casas, esse bem essencial que é a água. Creio que toda a população que é abastecida por aquele depósito sentiu isso e, inclusivamente, deram as felicitações devidas ao executivo municipal por ter resolvido o problema, fruto da sua gravidade, que considero que foi em tempo recorde". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Já percebi que há um gosto muito grande por louvores, ainda bem que a população o felicitou. Houve também a proposta da JS e agora percebo que sejam necessárias redes sociais, visto que a Câmara não é capaz pôr um aviso no site, precisamente por ser Domingo de Páscoa, para as pessoas saberem no sábado que, no domingo não iriam ter água. Nem toda a população teve água. Sobre a comunicação estamos falados, nem toda a gente é obrigada a ouvir rádio, nem toda a gente é obrigado a ouvi-lo a si, uma informação no site da câmara era o mínimo que se pedia". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Relativamente à questão da comunicação, uma vez que não havia outra forma de informar a população, penso que a actualização do site da Câmara em situações de emergência é uma obrigação e, não é por ser fim-de-semana de Páscoa, tem que haver alguém da câmara que actualize o site para que a população que tem internet pudesse consultar. -----

Pergunto ao Sr. Vice-Presidente, se às 12 horas de sábado estava a divulgar a situação na Rádio Cartaxo, será que não foi a Rádio Cartaxo que se dirigiu a si a colocar a questão? -----

Quanto à questão da bomba suplente, deduzo que só uma bomba é que trabalha e que a outra seja suplente. É isso? A partir do momento em que uma está em reparação, tem que ser logo providenciada outra suplente e houve uma semana para o fazer. Seja por aquisição, aluguer ou outra forma, houve um procedimento negligente ao não providenciarem durante uma semana uma bomba suplente, foi uma semana. Portanto, os serviços não funcionaram bem. Estes trabalhos foram feitos sobre égide da Câmara ou da empresa concessionária?". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Os trabalhos foram todos assumidos e coordenados por mim. No que diz respeito à questão da comunicação, entendo que há oportunidade de melhoria e certamente vamos acatar essa proposta útil para a população. -----

Quanto à questão de duas bombas suplentes, os gastos que se têm com um sistema destes e quando se prevêem duas bombas, já tem a ver com o colmatar de um acontecimento altamente improvável. Havendo a despesa com um equipamento desta natureza, já sendo a redundância da redundância, quer dizer não é uma prática habitual e tecnicamente não é aceitável, fruto desta probabilidade não é aceitável que isto seja uma hipótese, de qualquer forma também não me parece que seja por aqui que as coisas tenham que ser desenvolvidas, o problema foi resolvido, nós estivemos lá, o executivo e os trabalhadores da Câmara Municipal, com apoio técnico da empresa de águas". -----

Recomendação da Juventude Social Democrata sobre a "Escola Secundária do Cartaxo" (Anexo 7): -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Leu o pedido de esclarecimento sobre a "Escola Secundária do Cartaxo". (Anexo 7) -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Rita Monteiro, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento os presentes e quero fazer um pequeno comentário, porque como é óbvio, estou de acordo com a recomendação e votarei a favor, no entanto acho um pouco agressivo quando propomos algo e, depois nas terminações das moções ou recomendações, é feita uma crítica negativa a outras coisas que estão a ser feitas e que não estão directamente ligadas ao que se está a passar, como o último parágrafo desta recomendação. Embora concorde com a recomendação, acho que é desnecessária esta pequena agressão no fim do parágrafo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Aceito a crítica construtiva, porém, nesta recomendação não se está a fazer uma crítica mas sim um acrescento, não basta fazer novos parques escolares, tão importantes, mas também é necessário requalificar aquilo que temos no concelho do Cartaxo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Concordamos em absoluto com esta recomendação da JSD do Cartaxo, não entendemos esta frase como crítica à construção do novo parque escolar. É também nossa opinião e será também da Sra. Deputada também, que vamos construindo coisas novas, são importantes, mas não nos podemos esquecer de tratar do que já existe. É assim que leio esta frase e poderá haver aqui alguma forma de escrita que não lhe tenha caído bem mas ao nível do conteúdo não posso deixar de partilhar esta leitura consigo e estou convencido, que partilhamos todos a mesma ideia". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Também concordo plenamente com aquilo que está descrito na recomendação do PSD, até porque historicamente sabemos quais foram os problemas que já existiam naquela escola, infelizmente, em 1985, se não me engano. -----

Não só pela situação do que está bem ou o que não está lá dentro das salas e laboratório ou se precisa de revisão, mas todo o conjunto em si. Não basta fazer novos parques escolares, isto é como um princípio sempre seja o PS que esteja no poder seja outro partido, há uma recomendação que é sempre feita. Faz-se de novo mas não podemos esquecer o que precisa de ser recuperado. Acho que isto é muito natural e portanto não vejo mal". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Hugo Albuquerque, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Queria perguntar ao Eng.º Paulo Varanda se a Câmara Municipal já fez algo para resolver essa situação da Escola Secundária". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a este tema e muito em concreto, houve já esta preocupação por parte do parte do executivo municipal, porque quer há quatro meses quer há três semanas em reuniões com o Director Regional da Educação, cientes, no entanto, que a responsabilidade deste tipo de infra-estruturas caberá à parte escolar e há não à Direcção Regional como todos sabemos. Não tem nada a ver com a construção das

escolas básicas, jardins-de-infância e EB23, aí, sim, a DREL reúne em si as suas capacidades, responsabilidades e super intendência. -----

Quanto à Escola Secundária, foi feita junto do Ministério uma informação no sentido de informar sobre as suas necessidades. Todos conhecemos aquele espaço, que está degradado e exige uma ampla intervenção. Também da nossa parte esta recomendação já foi acatada, ou seja há quatro meses, como tinha dito, este trabalho foi desenvolvido e com o meu compromisso que vai continuar a ser desenvolvido junto das entidades competentes, mais sobre a forma de pressão pela positiva, fazer isso, sim, é importante para os nossos jovens". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Vou pôr à votação a recomendação ou não, porque suscitou-me uma dúvida, no Regimento as recomendações são votadas e vêm num ponto da competência dos membros da Assembleia juntamente com as Moções e as propostas. No meu entender, a mesma deveria ser votada, portanto, ponho à consideração dos senhores Deputados. -----

A Recomendação foi aprovada com maioria, com 1 abstenção do PS". -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade a Recomendação do PSD sobre a "Escola Secundária do Cartaxo". -----

Declaração de Voto -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Abstive-me, talvez por desactualização minha, já estou um bocado por fora destas coisas. Ensina-me que nas Assembleias votam-se propostas, moções e requerimentos. As recomendações não têm que ser votadas e são aceites pela mesa como recomendações dirigidas a quem a mesma é feita". -----

Moção do PSD sobre o "Plano de Saneamento Financeiro! Onde está?" (Anexo 8): -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--Leu a moção sobre o "Plano de Saneamento Financeiro! Onde está?". (Anexo 8) -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Quero acrescentar a esta moção, porque estamos de acordo com ela, é que realmente pelas palavras do Sr. Vice-Presidente, o executivo municipal tenta cumprir com os preceitos legais e como pode verificar pelo que está aqui descrito e porque tudo que já foi falado, mais uma vez o Executivo falha aos preceitos legais. Promete dar esclarecimentos e não dá, promete dar documentos e não dá. Relembro que todos os documentos desta casa são públicos e eles deviam ser facultados sempre que são pedidos, todos são públicos Sr. Vice-Presidente, estamos numa autarquia". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a essa documentação, parece-me que os processos individuais são próprio do próprio trabalhador e à gestão da própria autarquia não são divulgáveis desta forma. De qualquer forma este rumo de endividamento aqui apresentado, numa forma muito sumária, parece-me que tem vindo a melhorar, aliás, os números comprovam-no. Enquanto em 2008 era na casa dos 30 milhões, neste momento, estamos sensivelmente nos 25 milhões, há uma clara redução e claro sinal de que o Município está no bom caminho. Mesmo em 2008 foi aqui um ano apontado como sendo de catástrofe, hoje é notícia no jornal "O Público", que em relação àquele ano fomos considerados o 3º Município em Portugal com melhores resultados. -----

Na minha opinião é fundamental ter-se em conta, antes de se proferir este tipo de palavras, de qualquer forma o quer que seja na base dos trâmites legais que foram apresentados, neste momento não estou em condições para responder, mas vou analisar. Não tenho conhecimento suficiente sobre essa matéria para

29
guia
Fut

me pronunciar mas vou ter atenção pela preocupação apresentada e vão ser envidados todos os esforços para que caso haja alguma coisa a corrigir cá estamos, vamos corrigi-la". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Solicito ao Sr. Vice-Presidente que enviasse a resposta através da mesa da Assembleia".-----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento a Mesa, os senhores Vereadores e os colegas membros da Assembleia Municipal, comunicação social e o público. Nós, que só por deficiência de entendimento, é que estamos a fazer a ouvirmos a justificação que estamos a ouvir. É proposto uma moção para algo que do ponto de vista legal estamos obrigados a fazer, isto é há cerca de 2 anos atrás, a CMC pediu ao Tribunal de Contas a autorização excepcional para a contracção de um empréstimo de 13 milhões de euros. Fê-lo na contrapartida de garantir um saneamento financeiro para a autarquia, numa dessas condições de garantir ao Tribunal de Contas de que está a questão de vir o plano de execução de saneamento financeiro semestralmente à Assembleia Municipal. Não falei em dívida nenhuma, não falei em valores nenhuns, rigorosamente em nada, não está escrito em sítio algum e não há nenhuma documentação que a senhora peça ao Executivo para me dar a mim, porque a informação que tem de ser dada, é pelo executivo à Assembleia Municipal sobre este plano de saneamento financeiro. Passa-se que há um ano atrás, na Assembleia Municipal de 2008, alertamos que as contas que vêm à Assembleia Municipal para serem discutidas e aprovadas, têm que vir acompanhadas pelo plano semestral de cumprimento do saneamento financeiro. A senhora como Presidente da Assembleia Municipal deve providenciar junto do executivo municipal para que a Assembleia Municipal tenha esse documento. Sucede que há um ano atrás, pedimos à Assembleia Municipal que isso cumprido, ficou aqui a nota que, na altura, era para ser cumprido. Já passamos pelo 2º semestre do ano, 31 de Dezembro de 2009, estamos em Abril de 2010 e ainda não discutimos o resultado do saneamento financeiro do semestre passado. A próxima Assembleia Municipal vai realizar-se em Junho ou Julho, altura em que deveríamos estar a preparar a discussão da análise do saneamento financeiro do 1º semestre de 2010. -----

Peço à Sra. Presidente e ao Executivo, é que sobre o que a Lei das Finanças Locais obriga, está aí escrito, que seja concretizado, porque a Assembleia Municipal é, como já foi referido por outras bancadas, continuamente desrespeitada em questões desta natureza. O executivo municipal é responsável por uma proposta que entregou ao Tribunal de Contas, essa proposta passou pelo crivo da Assembleia Municipal, foi esta Assembleia Municipal que disse estar de acordo com a proposta de saneamento financeiro a remeter ao Tribunal Constitucional e, se depois, não nos damos ao cumprimento daquilo também nos comprometemos junto do Tribunal de Contas a fazer, acho que andamos todos a brincar com aquilo que andamos a fazer". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Coloco a moção à votação e a mesma foi rejeitada com 15 votos contra, 1 abstenção do PS, 2 votos a favor do BE, 3 da CDU e 7 do PSD". -----

A Assembleia Municipal deliberou rejeitar, por maioria a Moção do PSD sobre o "Plano de Saneamento Financeiro Onde está?", com 10 votos a favor, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 15 votos contra do Grupo do PS e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Solicito para efeitos de remissão desta documentação ao Tribunal de Contas, queria pedir que constasse em acta quais foram os deputados que votaram a favor, contra e se abstiveram, para podermos juntar esse extracto da acta quando enviarmos esta documentação ao Tribunal de Contas. -----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Daqui pode resultar responsabilidade civil e responsabilidade reintegratória. Gostava que estivesse a listagem de deputados com sentido de voto nesta matéria". -----

Declaração de Voto -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Votei contra porque acho, na minha modesta opinião, que não era necessário que isto fosse uma moção, bastava que fosse uma recomendação ou um pedido à Assembleia para que a Lei seja respeitada. O cumprimento da Lei não há objecto de moções, nem de requerimentos, de nada, cumpra-se a Lei". -----

Voto de pesar da CDU pelo falecimento do Sr. Joaquim Nunes Mota (Anexo 9): -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--Leu o voto de pesar da CDU pelo falecimento do Sr. Joaquim Nunes Mota (Anexo 9) -----

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade o voto de pesar da CDU pelo falecimento do Sr. Joaquim Nunes Mota, com 28 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Saudação ao 1º de Maio apresentada pelo Grupo da CDU (Anexo 10): -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--Leu a Saudação ao 1º de Maio da CDU. (Anexo 10) -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Apreciação do relatório de actividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e) do n.1 do artigo 53º da Lei nº. 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Queria apenas um esclarecimento neste ponto da Ordem de Trabalhos, no que diz respeito à apreciação da informação que nos é enviada (página 11), questiono o executivo municipal relativamente ao quadro referente às dívidas a curto prazo no final do primeiro trimestre, 31 de Março de 2010, tem um montante de 17.355.000 euros. Este relativamente ao fecho das contas a 31 de Dezembro de 2010 tem cerca de 3 milhões de euros a mais. Ai tem o curto prazo todo, e estão aí 17.366.000 euros. Este montante comparando com o corte de 31 de Dezembro de 2010, representa um aumento da dívida de 3 milhões de euros. O que dá 1milhão de euros por mês, 200 mil contos a mais por mês desde que o início do ano. Gostava de saber ao que corresponde este aumento da dívida a curto prazo no 1º trimestre do ano". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação à questão que acabou de colocar, concretamente no que respeita a este diferencial de 3 milhões de euros, a CMC responderá a esta questão por escrito". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---"Em relação à página 12, queria saber qual é a situação dos guardas-nocturnos, bem como se a CMC comparticipa as despesas de salário ou se existe uma interligação com a PSP. -----

Quanto à publicidade, gostava de saber se a CMC tomou providências em relação ao pregar com pregos a publicidade da Festa do Campino nas árvores, porque é um atentado ecológico muito grave. Já há muitos anos, de vez em quando, lembravam-se de pôr propaganda política nas árvores, isso foi abolido. -- Dado que a CMC colabora com a Festa do Campino, penso que isto teria sido a Associação, não sei, da festa do campino, mas gostava de respostas. -----

Na página 15, quanto à secção de recursos humanos, o número de saídas de pessoal obedece à nova proposta do governo, em que por cada três que saiam, entra só um, porque neste quadro são 7 saídas e 8 entradas, pelo que também tenho aqui algumas dúvidas. -----

Na página 23, as obras na rede rodoviária e beneficiação de pavimentos continuam interrompidas até quando. -----

Em relação aos trabalhos do Tribunal não tivemos resposta do Sr. Presidente, que disse na última reunião que iria falar com o Sr. Ministro e depois responderia por escrito. -----

Quanto ao museu, pavilhão do INATEL e biblioteca, gostaria de ver reflectido os dados estatísticos do número de exposições, visitante e turistas, que se dirigem à sede de turismo do concelho que é a Sala de Exposições José Tagarro. Ouviu alguns comentários de que a Câmara terá intenção de ocupar o espaço para a internet que está na Quinta das Pratas, sendo assim é uma valência que deveria estar central e não saberemos para onde irá. -----

Para além de a sala deveria ter outras condições, preocupa-me o facto de retirarem dali as aulas de pintura e artes decorativas que são feitas na parte de trás da sala de exposições que é muito central, que é agradável para as pessoas. -----

No passado domingo gostei de ver a feira rural dentro da cidade, onde outrora era a Feira dos Santos. Temos razão quando dizemos que, devemos devolver o coração ao coração da cidade, o coração da cidade aos cidadãos. Dá-lhe uma nova dinâmica, mexe com as pessoas a nível cultural, faz um encontro de amigos. Defendemos que o mercado mensal e a feira dos santos fiquem onde estão. Tem sido sempre esta a nossa posição. A confirmá-los esteve também o mercado do dia 12 de Abril, que mais parecia a Feira dos Santos foi um mercado muito grande. -----

Através da centralização há um movimento dentro da cidade e passa-se o testemunho do passado para o presente e a tradição é a conservação do património cultural e social. -----

Queríamos também fazer aqui um alerta no sentido de a Assembleia Municipal requisitasse à CMC um espaço no edifício ou que a própria CMC assumisse um espaço, para as associações divulgarem as suas iniciativas. -----

Em relação aos arranjos dos pavimentos das estradas, alerta para um buraco na Rua Professor Bernardo das Neves, junto ao recinto da feira, que sempre que chove fica inundado. -----

Alerto para as barreiras que estão caídas na Quinta das Correias, concretamente perto do ringue de futebol de salão e da ribeira, pelo que é preciso muito cuidado com os miúdos que andam por ali a brincar. Também na Quinta da Cabreira também está tudo destruído, tem lá uns panos umas redes mas a vedação está muito perto de vivendas e é preciso muito cuidado. -----

Outra situação é o problema do estacionamento, aquando dos treinos diários de futebol, no antigo campo de futebol na Quinta das Pratas, dado que são cerca de 300 atletas do Sport Lisboa e Cartaxo, desde crianças a jovens e adultos, que se deslocam todos os dias. Propomos que o estacionamento a ser feito dentro da Quinta das Pratas, porque existe espaço suficiente e, que a CMC abrisse um portão na parte detrás das piscinas ou para aquela zona e outro no muro do campo de futebol, negociando com o senhorio de maneira a que os miúdos possam atravessar por ali sem ter que andar pela rua principal (estrada principal que vai para Rio Maior), portanto, seria atravessar um caminho entre dois muros do campo de futebol e da Quinta das Pratas após uma abertura de passagem directa". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Acerca da actividade da CMC, Sr. Vice-Presidente, participamos numa maratona fotográfica que se realizou na sede do concelho e ficamos, posso-lhe dizer bastante preocupados e chocados, depois vamos utilizar os meios áudio visuais para numa próxima Assembleia para que todos possam ver. Preocupados,

porque existem lixeiras ainda no Cartaxo, algumas delas tenho, aqui, depois posso lhe enviar por e-mail, com produtos tóxicos, que nós deduzimos que sejam dioxinas de automóveis, mesmo no centro do Cartaxo, perto do bar "Quovadis". -----

Infelizmente não estávamos há espera da degradação de muitos imóveis e, sabemos que são propriedade privada, mas gostávamos que houvesse alguma política de apoio à recuperação de imóveis no centro da cidade. -----

Evidenciou também a falta de bermas, passeios, urbanizações novas perto da discoteca Horta da Fonte que estão completamente ao abandono e as pessoas acabaram-se por se mudar para lá, no esgoto a céu aberto que também são fotografias muito tristes de ter que tirar e ter que mostrar, mas gostava de enviar para o email do Sr. Vice-Presidente, para que possa ter conhecimento do que se passa na sede do concelho do Cartaxo de que é Vice-Presidente. -----

Relativamente ao passe social, que nós ao abrigo da reunião do estatuto da oposição lhe falamos que gostávamos de ver o Cartaxo a lutar, gostava de saber o que foi feito sobre este assunto. Consideramos que o Cartaxo tem acessibilidades já bastante boas para quem tem automóvel, no entanto nós consideramos e, na altura deu-me razão, consideramos que estudantes e outros trabalhadores que vivem no Cartaxo e trabalham em Lisboa é muito difícil, os custos da CP, na altura, alertamos também para a nossa solidariedade, que a Câmara do Cartaxo deu e bem ao nosso ver com outros municípios do sul do Tejo para os comboios até ao Setil. -----

Alertamos também que essa acção apenas beneficiou os munícipes dos outros concelhos, falta-nos a luta pelo passe social e gostávamos que nos dissesse o que fez acerca desse assunto. -----

Na mesma reunião, gostávamos de saber acerca do assunto nestes últimos tempos, sobre a possibilidade da Universidade Sénior, disse-nos que ia estudar a criação um plano de Universidade Sénior, disponibilizamo-nos para vos ajudar nesse trabalho, não solicitaram ainda a nossa ajuda, portanto, deduzimos que ainda não é necessária, mas caso necessite, cá estamos para ajudar ou pelo menos digam-nos o que foi feito. -----

A Dra. Rute Ouro disse que iria divulgar um estudo de 2005, da autoria do arquitecto Manuel Salgado, precisamente sobre o Parque Central, gostava que o Sr. Vice-Presidente se compromettesse, se assim considerar correcto, tornar público, o que público já deveria ser. -----

Verificamos mais uma vez que o relatório de actividades não tem incluído as contas da Empresa Municipal RUMO 2020, pondo em prática o que diz o artigo 53, nº 1, da alínea b, da lei 5-A/2002, assim, o BE solicita a marcação de uma sessão de Assembleia Municipal Ordinária ou Extraordinária para discutir e analisar a actividade e as contas desta Empresa. -----

Falou do Jornal Público e do Anuário Financeiro 2008, gostava que me confirmasse se o Cartaxo é o segundo município onde existe o maior peso da dívida à banca sobre as receitas cobradas no ano anterior e, se é o nono município com maiores despesas de pessoal em relação às despesas totais. -----

O BE congratula-se que os cidadãos que pertenceram às mesas de voto nas últimas três eleições já tenham sido pagos e lamenta que tenha tido que participar à Direcção Geral da Administração Interna que, uma despesa que estava consignada para esse efeito ainda não tinha sido disponibilizada. Gostávamos de saber o que é que se passou com esse dinheiro consignado. -----

Na última Assembleia também solicitamos, foi-nos prometido resposta e não foi cumprida a promessa, o despacho da renovação da avença do topógrafo, o Sr. Presidente na altura riu-se mas comprometeu-se, portanto, o Sr. Vice-Presidente disse há pouco que honraria a palavra, prestar esclarecimentos à Assembleia, queremos então esse esclarecimento. -----

Também continuo a prestar no "site" a lista dominativa do pessoal da Câmara é obrigação legal, e tornamos a alertar, já é a 2ª Assembleia Municipal que o fazemos. -----

Em relação aos membros da Assembleia Municipal do anterior mandato, gostávamos de saber quando vão receber o que aparece, aqui, como ainda de dívida para com eles. -----

Gostávamos de saber se vai ser feita alguma regularização de dívida, algum factoring com as pessoas, e como e quando tencionam pagar às pessoas". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Vou colocar três questões. Quanto à Ponte Dona Amélia, ficámos de rever alguma informação sobre o desenvolvimento em relação àquilo que foi proposto e sugerido na última Assembleia Municipal, até hoje, tenho a informação que foi solicitado qualquer análise ao LNEC. Questiono para quando estão previstas as obras de manutenção e se já houve reunião com Salvaterra. -----

A estrada Ribeira do Cartaxo até Santana, ouvi mais do que uma vez o Sr. Vice-Presidente em órgãos de comunicação social a dizer que rapidamente iria ser resolvido o problema, neste momento, já nem as chuvas o desculpam. -----

Relativamente à fluvina ou outro nome que queiram chamar em Valada, para quando o regulamento, que regulamente todo o tráfego náutico naquela infra-estrutura". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação aos guardas-nocturnos, teremos oportunidade de facultar o que é que haja de protocolar e com toda a formatação que existe com as próprias entidades responsáveis, avançando que as forças de autoridade não têm grande influência nesta profissão. -----

Quanto à questão dos pregos nas árvores, foram actividades desenvolvidas por entidades parceira, o que faremos é alertá-los e intervir no sentido que se reponha e não torne a acontecer esta situação, porque já nos tínhamos apercebido da mesma inclusivamente aquando da feira rural, junto à praça. -----

Avançaremos com os números das visitas e tudo mais, relativos à sala de exposições José Tagarro, Centro Cultural e biblioteca. -----

Informações que foram aqui prestadas, nomeadamente em relação alguns focos de problemas, na Rua Bernardo das Neves e noutras localizações apontadas, algumas delas já são conhecidas pela Câmara, fruto da interacção que existe de imediato entre o munícipe e a CMC, no formulário existente para o efeito. Já há muitas no próprio site, o que é muito positivo que, em antecipação, conheçamos os problemas da própria cidade. Alguns dos problemas apresentados já tinham sido comunicados pelos munícipes. Também vamos desenvolver todos os esforços e tarefas para que os mesmos sejam ultrapassados, essencialmente no que diz respeito às lixeiras, passe social e transportes rodoviários. -----

O plano ferroviário terá que passar pela decisão conjunta da CP e CMC. As nossas iniciativas e intenções já lhes foram comunicadas, inclusivamente sobre a alteração do preço do bilhete no valor de 2,05 €, entre Santana e Setil. Foi-lhes transmitido a nossa posição que, em defesa dos nossos munícipes, não faria sentido para uma distância tão curta haver um preço tão elevado, não sendo proporcional o preço de uma viagem entre o Restelo e a cidade de Lisboa. -----

Também ficámos de nos reunir com a Câmara de Coruche, um dos parceiros interessados na análise destas questões. A questão do passe não ficou decidida, por da parte da CP, houve um compromisso de estudara proveniência dos passageiros e do seu destino principal, isto são dados estatísticos que nos são apresentados através de quadros mas que, da parte da CP, haveria uma necessidade de abordagem. -----

Por outro lado, a Universidade Sénior foram encetados contactos com o Jardim de Infância e uma das professoras que, até foi o contacto da parte dela uma das professoras da Escola Secundária demonstrou o interesse em participar, e houve oportunidade de desenvolvermos reuniões, para uma transmissão de conhecimento de experiências que já são um sucesso em concelhos limítrofes. O contributo do BE é sempre oportuno e de validar, para o desenvolvimento do concelho e do projecto da Universidade Sénior.

Handwritten signature/initials in the top right corner.

Com o Jardim de Infância tratou-se de uma questão de infra-estruturas que, eventualmente, poderá ser apurado e haver uma proximidade entre instituições, no sentido de se aproveitarem estas sinergias com o Jardim de Infância ou com outras instituições que, entretanto se entendam como mais pertinentes. Assim que hajam dados mais concretos sobre este tema, teremos todo o gosto em divulgar para uma análise prévia e discussão, provavelmente, passará mais pelo plano virtual, frutos dos fóruns que se desenrolarem num período de tempo mais alongado, porque o BE não está representado pelo executivo camarário. -----

No que diz respeito ao estudo do parque central com o Sr. Arquitecto Manuel Salgado, vou confirmar esta situação e se houver até em formato digital teremos oportunidade de o divulgar. -----

Em relação às contas da Rumo 2020, assumi, hoje, a sua presidência e ainda não tive oportunidade de ter um cabal contacto com todos os processos da própria empresa, naturalmente, terei em consideração as preocupações manifestadas. As actividades e o relatório serão divulgados assim que possível. As dúvidas em relação às eleições, creio que já estão esbatidas as questões do pagamento das senhas. Vou esclarecer a situação da renovação da avença com o topógrafo por escrito. -----

Na lista denominativa do pessoal, vou confirmar essa situação, já houve um tempo em que lá esteve, não sei se fruto de alterações na listagem das pessoas ou qualquer coisa que saiu para ser actualizada.

Relativamente à Ponte Dona Amélia, tenho a avançar que apenas houve troca de correspondência entre os municípios, nomeadamente com a descrição e relatórios das entidades competentes que acompanharam todo o procedimento. Internamente, na CMC estamos junto da companhia de seguros a tentar esclarecer a situação, para que a resolução seja de uma forma imediata e cabal, nomeadamente com a reposição dos danos que nela foram provocados fruto daquele acontecimento. -----

Posso confirmar que, desde o acidente e até hoje, não foi pedido absolutamente nada, até porque as condições de segurança não foram alteradas fruto daquele incidente de estabilidade de perigo de ruína. O último relatório, salvo erro remonta de 2008, mas eu vou confirmar esta situação. Até em sede de Câmara já tivemos oportunidade de divulgar estes elementos, por correio electrónico, é só uma questão de o fazermos também para a Assembleia e entretanto será difundido pela Sra. Presidente. -----

Quanto à fluvina, eu próprio e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já entramos em contactos mais estreitos para perceber que tipo de necessidades e cautelas têm de ser tomadas, incluindo a utilização daquele espaço no nosso regulamento de taxas como qualquer outra infra-estrutura municipal. Por outro lado, creio que não vamos ter influência na questão do tráfego, mas sim na própria utilização da fluvina, de quem lá coloca as suas embarcações por quanto tempo. Já há alguns exemplos recolhidos de municípios que têm este trabalho mais avançado e que servirão de base de partida e de desenvolvimento dos trabalhos. -----

Contamos que esteja no terreno até ao final do mês de Maio toda a empreitada referente às estradas, para que todas as operações de cosmética que têm vindo a ser desenvolvidas como o carregamento dos buracos das estradas com tuvenam passe a uma obra de carácter permanente. Estamos ainda a terminar processos burocráticos, mas contamos que o processo seja célere a este ponto, não tão célere como desejaríamos, fruto das próprias necessidades e trâmites dos processos, não é possível acelerar mais". --

—O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Solicito ao executivo, o relatório o documento com as datas previstas em relação ao saneamento básico, obras previstas e datas de início e conclusão em cada um dos locais e freguesias". -----

—A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

*3. Juiz
F. A.*

"Só queria perguntar ao Sr. Vice-Presidente, sobre a confirmação dos dados do anuário financeiro. O senhor disse que o Cartaxo estava em 3º lugar, mas não especificou em quê realmente. Os dois exemplos que focámos e, que estão nesse documento, são problemáticos e preocupantes. -----

Depois, sobre as contas da Empresa RUMO, quero frisar, mais uma vez, que o que diz a Lei das Competências, a 169 com a alteração da 5 A, no artigo 53, nº 1, alínea d, que, nós, membros da Assembleia, podemos solicitar uma sessão ordinária ou extraordinária para debater as contas da RUMO e as actividades da mesma. Gostaria que tomassem isso em consideração e se predispusessem a marcar a referida sessão". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Como é um pedido de uma reunião extraordinária, tem que seguir os trâmites da lei, que são dois terços dos membros ou a mesma proporção e tem que ser solicitada à Assembleia Municipal, não pode ser solicitada portanto à CMC. Depois a Câmara estará presente para os esclarecimentos, mas tem que ser solicitada à Assembleia Municipal". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Só para completar aquilo que a Sra. Presidente disse ou se o executivo solicitar e quiser facultar e estar presente nessa Assembleia, o executivo também pode, a bem da transparência, pedir para que haja essa Assembleia". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Quanto aos dados estatísticos apresentados, desconheço mas, até por curiosidade, gostava que me fossem facultados esses elementos para análise. Acerca do último tema apresentado e das contas da RUMO 2020, não sei se isto é possível e aceite por todos, sugeria que não fosse chamada a Assembleia, porque trás custos adicionais, e fosse realizada uma sessão de esclarecimento para os presentes e para quem quisesse ter conhecimento. -----

Estaria completamente disponível, assim que esteja consciente de todos os processos a desenvolver para chegar a esse ponto". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice-Presidente, como é óbvio, o que nos interessa é discutir a RUMO 2020, independentemente do formato, portanto, uma sessão de esclarecimento aberto ao público e aos eleitos, por nós, encantados". --

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Neste caso, não seria a solicitação à Assembleia de uma assembleia extraordinária, mas sim que a CMC promovesse uma sessão de esclarecimento, sendo um assunto do âmbito da Câmara Municipal e do executivo". -----

A Assembleia tomou conhecimento do relatório de actividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei nº. 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2009, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 53º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Acho que como forças vivas têm apoiado o desenvolvimento do concelho, de uma forma clara e inequívoca, com uma grande força e dinâmicas próprias, substituindo inclusivamente a Câmara Municipal em muitas das circunstâncias e eventos que são realizados. A tendência foi de aumento destas verbas e da descentralização das competências, o que reforça a visão que agora apresentei, nomeadamente e em

29.
Jorge
Fol

concreto com as nossas Juntas de Freguesia, que na linha da frente têm desenvolvido um trabalho frutuoso em prol dos seus fregueses e dos nossos munícipes. -----

Outros dois indicadores, em termos de orçamento, são as aquisições de bens de capital e o investimento, com o ritmo que foi apresentado desde 2005 até 2009 inclusivamente e o previsto em 2010, teve uma tendência de estabilização numa 1ª fase, mas numa 2ª fase um claro aumento, nomeadamente em 2010, porque como todos já nos apercebemos vai ser um mandato de concretização de obra, ultrapassadas as dificuldades e tudo que tem a ver com conquista dos fundos comunitários e contrapartidas do aeroporto da Ota, que culminam este ano com elevado nível de investimento face a todos os anos anteriores, não só de capital mas de aquisições de bem capital e do próprio investimento, o que acaba por haver aqui uma relação directa. -----

Esta situação traduz-nos, graficamente, a tendência para o aumento das aquisições de bens de capital, que acabará por ser uma organização paralela e modelo empresarial e demonstra o investimento da própria autarquia. -----

Em termos de contas de gerência, confirma-se que o orçamento apresentou a mesma tendência que as próprias contas de gerência, pelo que esta descentralização aconteceu mesmo, no apoio às freguesias e colectividades, ascenderam, no ano de 2009, e no exercício que, hoje, se apresenta. -----

Em 2009, aconteceram as principais descentralizações de verbas, reforçando esta descentralização. -----
Quanto ao plano económico e financeiro, apresento quatro elementos, resultados líquidos, activo, receita e activo da Câmara. Resultados líquidos seria um lucro na eventual estrutura empresarial e que apresenta uma tendência para estabilização numa primeira fase e no último decréscimo, fruto da fraca execução destas contrapartidas de alta, porque o plano consolidou-se em 2009 e avançaram-se as principais medidas e comprometimentos. -----

Depois na linha do activo líquido, ascendemos actualmente aos 91 milhões, com uma tendência de aumento. Em 2001, o activo era muito mais baixo, o que claramente traduz o franco crescimento do Município, tendo em conta o conceito do próprio activo líquido. -----

Em termos de receita corrente e despesa corrente, verifica-se um desencontro em 2007 e 2008, terminando o ano 2009 com um reequilíbrio das duas grandezas, o que é sem dúvida uma mais-valia para o Município e isso traduz-se numa melhoria muito grande no desenvolvimento de todas as contas. Graficamente, o que acabei de referir sobre a tendência do crescimento do activo, com um ligeiro decréscimo em 2008 e 2009, devido a uma eventual desvalorização, não sabemos, mas é o que acontece nestes casos. -----

Verifica-se uma tendência para o equilíbrio entre a receita e a despesa corrente, o que traduz o aumento e o estabelecer de patamares de equilíbrio, que traduzem a saúde das contas do Município. -----

No que diz respeito às dívidas, analisando até ao ano de 2009, verificamos uma tendência de crescimento em relação a fornecedores, com um claro decréscimo em 2008 a 2009. -----

Em termos de dívida que diga respeito a empréstimos, houve também um decréscimo na ordem de 1 milhão, que não traduzindo uma grandeza já mostra um sinal de recuperação e de melhoria do endividamento. De 2008 para 2009, é um endividamento total na ordem dos 5 milhões, o que corrobora o que estou a transmitir. -----

Há uma franca melhoria da saúde das contas e uma tendência para estabilização/desenvolvimento, que tem a ver não só com as obras serem iniciadas no terreno mas também com o pagamento de toda a dívida, que como já foi avançado pelo Sr. Presidente até ao Verão estaria seguro. -----

Em 2009 tivemos grandes marcos relacionados com a certificação da qualidade, um grande passo em frente em termos nacionais, o Cartaxo foi dos primeiros a assumir este ónus de desertificação à luz da norma 9001. Também tivemos a oportunidade de ser premiados com o prémio de desenvolvimento

Handwritten signature and initials in the top right corner.

sustentável como a melhor autarquia do país e na mesma linha afirmámo-nos como um dos municípios com melhor qualidade de vida, um dos vinte municípios com melhor qualidade de vida, sendo que estas análises foram desenvolvidas por entidades idóneas, credenciadas para o efeito. Há um quadro de desenho de futuro, que estabilizando ou eliminando toda a dívida, estabilizando estas principais linhas orientadoras, o futuro do concelho estará garantido com empenho e entrega. Para além de todos estes elementos, também a consolidação, o plano de compensações da Ota, a contratualização do QREN, proporcionaram a oportunidade de conquistar mais rumos, passámos para um nível de 70%, fruto de um protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e as próprias entidades registadoras do QREN. -----

Na regeneração urbana verificou-se um claro sinal de evolução de mudança na criação de espaços agradáveis no nosso concelho, que acabam por também se ter de afirmar como obras vitais que se iniciaram em 2009. -----

Fruto disto e utilizando um mote que tive oportunidade de referir várias vezes, durante um determinado período do ano passado meios de Outubro, fazemos obra e temos desafios para o futuro, o executivo está em força e está convicto que este é o caminho. Para todos os munícipes que vivem e trabalham no nosso concelho há trabalho a desenvolver e soluções para apresentar. Do que depender do nosso empenho, entrega e dedicação, vamos ter um Cartaxo melhor, sendo este ano de concretização, enquanto no ano passado tivemos oportunidade de ver um ano mais estagnado pelos desenvolvimentos naturais dos processos. -----

De 2005 a 2009, foi um mandato extremamente difícil de consolidação financeira e preparação destes de outros grandes projectos na área da educação, do desenvolvimento de infra-estruturas ligadas à segurança, das redes viárias que vão ser reforçadas, do emprego e a nível empresarial, estando neste momento em condições para transpor todas estas ambições para o dever de uma forma mais cedo possível e que continuemos pelos nossos cartaxeiros". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não subestimo a explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente mas tenho que perguntar quem é a pessoa responsável pela elaboração destes documentos, o Sr. Revisor Oficial de Contas, não está presente na sala para qualquer esclarecimento, pergunto porquê, ele tem estado noutras alturas, não sei se alguma vez foi necessário prestar esclarecimentos, mas penso que é essencial estar presente na sessão da Assembleia. -----

Lamento imenso vir desmentir aquilo que o Sr. Vice-Presidente tem estado a dizer sobre este ser o ano da consolidação e concretização, porque todos os anos, não estive aqui como deputada mas estive no público, o Dr. Paulo Caldas diz o mesmo quando apresenta a prestação de contas, e o que se tem visto é que nenhum dos anos é de concretização ou consolidação. -----

Depois das notícias bombásticas dadas pelo Sr. Presidente à comunicação social, sobre o pagamento da dívida e agora reforçada pelo Sr. Vice-Presidente, o BE tem a acrescentar que dos 5,5 milhões de euros de dívida que vão ser pagos com entrada de dinheiro da concessão das águas, este é o único pagamento que vai ser feito dentro da legalidade e isto porquê? Porque 5,6 milhões de euros de regularização da dívida, factorings e cessão de créditos, para além de ilegais porque os juros destas operações são suportados pela autarquia em completa infracção ao disposto na Lei de 2/2007, estas operações não passam de substituição de uma dívida para outra dívida com juros elevados acrescidos. -----

Depois temos mais 2 milhões de euros que o Sr. Presidente se propõe pagar através da contracção de um novo empréstimo, de acordo com o estipulado no plano de saneamento financeiro, a autarquia só poderia celebrar mais empréstimos de médio e longo prazo, se os mesmos fossem para obras comparticipadas, o que não é o caso. -----

Verificámos que o total destas operações, que o Sr. Presidente anunciou nos órgãos de comunicação social, no valor de 5,5 milhões de euros, mais 5,6 milhões de euros, mais 2 milhões de euros, perfaz 13,1 milhões de euros. -----

A dívida a curto prazo expressa nos documentos apresentados é de 14,3 milhões de euros. Como justifica o executivo esta diferença de 1,2 milhões de euros? Como pensam pagá-la? -----

Tenho que relembrar que estamos em plena execução do planeamento financeiro e em pleno incumprimento do mesmo, basta verificarmos a realização tão díspar entre o projectado e o realmente recebido e executado. -----

Como consegue a autarquia viver com uma dívida de mais ou menos 38 milhões de euros, num só ano, entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009, a dívida a curto prazo subiu 7 milhões de euros. Como? Porquê? Não nos venha dizer este executivo que foi por investimento, porque o valor do investimento foi apenas de 2,4 milhões de euros, está expresso nos documentos. -----

Pressupondo que o encaixe das águas na sua maior tranche foi feito agora, portanto poderão pagar os 5,5 milhões de euros, podemos fazer a seguinte projecção para 2010, existindo uma dívida de 38 milhões de euros com um prazo médio de pagamento de 10 anos, embora os factorings e a regularização de dívidas ilegais tenham prazos de vencimento intercalares, mas considerando os 10 anos como prazo médio, daria uma amortização anual de 3,8 milhões de euros, e isto sem o acréscimo dos juros. Os senhores sabem o que é que significam 3,8 milhões de euros na execução orçamental do município? 30% é uma falia muito razoável, se tivermos em consideração que a receita realizada em 2009 foi de 13,4 milhões de euros e que a mesma receita poderá ser realizada em 2010, fazemos as contas e verificamos que 3,8 milhões de euros em amortizações, mais 8 milhões de euros de despesas fixas com pessoal, mais os juros a pagar por esta dívida dá o total da receita orçada. -----

Pergunto a este executivo como vão fazer para o resto, como vão participar as novas obras com a parte que diz respeito à autarquia, como vão pagar as despesas com a gestão administrativa, isto só para não falar em dois pontos, porque a autarquia tem muito mais despesas já quase que contratualidades. --- A percentagem de execução da receita foram mais baixa dos últimos 10 anos, gostaria de saber o que tem a dizer sobre isso. -----

Gostaria também de mostrar o que é que significa para o Dr. Paulo Caldas e para a equipa do executivo «Gerir Cartaxo» como ele diz no documento. Alguém se recorda de qual era o investimento previsto para 2009? 26,6 milhões de euros. Sabem qual é na realidade a percentagem do nível de investimento pago, está descrito no PPI. Chamo a atenção para o valor 1,59%, corresponde a 422 mil euros, o que quer dizer que dos 26,6 milhões de euros previstos de investimento ficou por concretizar 26,2 milhões de euros. Quando a dívida a curto prazo subiu 7 milhões de euros, eu pergunto esta é a consolidação financeira? Esta é a gestão correcta? Isto é o que o Sr. Presidente da Câmara, não está presente mas com certeza que lhes vão transmitir, chama «Gerir Cartaxo»? -----

E convidava, para poderem ver no PPI, alguns dos exemplos daquilo que eu estou a dizer, porque por exemplo temos em beneficiação de edifícios municipais previstos 2,5 milhões de euros e o que foi concretizado foi 5,5 mil euros, 0,22%. -----

Relativamente ao parque automóvel com 571 mil euros, concretizados zero; o centro escolar cerca de 7,1 milhões de euros, concretizados zero; beneficiação das escolas do ensino básico o valor de 257 mil euros, concretizado zero; beneficiação do largo do rio da fonte em Pontével cerca de 375 mil de euros, concretizados zero; arranjos urbanísticos diversos 285 mil euros, concretizados zero; mobilidade territorial e rede rodoviária previstos o valor 3,217 milhões de euros, concretizados zero; reestruturação das infra-estruturas e saneamento básico do concelho com 3 milhões de euros, concretizados zero; modernização da linha do norte cerca de 1 milhão de euros, concretizados zero. Estes são apenas alguns exemplos da

incapacidade gestonária da equipa do Dr. Paulo Caldas e entenda-se, aqui, a «equipa», porque nunca sabemos quem está e a fazer o quê com tanta danças de cadeiras. -----

Por último, verificamos com desagrado que continuam as reservas impostas pelo Revisor Geral de Contas, na certificação de contas apresentada e temos forçosamente que salientar que esta situação já dura há 4 anos e que dos 6, 8 milhões de euros contidos nestas reservas, se estes valores fossem imputados a resultados do período, o resultado líquido do exercício seria negativo, não positivo, em 6,5 milhões de euros, não nos cansamos de repetir isto é «Gerir Cartaxo»". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, do CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Tenho que dar os parabéns à Dra. Odete Cosme, pela forma bem documentada como ilustrou a má gestão que está a ser realizada há anos por parte deste Município. Claro que a CDU vai votar contra este relatório e vai votar contra porque, sucintamente, e não vou agora repetir o que já foi dito pela colega, a estratégia e a engenharia financeira usada sempre foi contestada pela CDU e continuamos a pô-la em causa. O investimento realizado é quanto a nós de uma prioridade muito duvidosa, altamente duvidosa, há muito investimento a fazer e investimento e muito mais prioritário do que aquele que está a ser feito. -- Como frisei no Período Antes da Ordem do Dia, coisas mais importantes e vitais para a resolução ou tentativa de ajuda de resolução da crise social que o concelho atravessa e para a qual o executivo diz estar sensível, mas na realidade mostra não estar minimamente sensível, quando atribui prioridades a coisas que de facto sendo importantes são absolutamente secundárias relativamente a estas. -----

Depois reparei e gostei da apresentação dos gráficos que foram apresentados mas também reparei num gráfico que não foi apresentado e que podia ter sido, referente à "décalage" absurda, porque é absurda entre o exercício e o orçamento em todas as alíneas, o que me leva a pensar, como já foi dito aquando da aprovação do orçamento, que este para o executivo não é mais do que um mero instrumento de propaganda, porque o exercício prova que nem se pode classificar de optimista, é perfeitamente absurdo. O orçamento é um mero instrumento de propaganda, não é para orientar o exercício de gestão do Município. -----

Por fim, uma curiosidade, satisfação de uma curiosidade minha que era saber exactamente qual foi a entidade certificadora da Norma ISO9001". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"No relatório de gestão, o segundo quadro, da página 43, apresenta o endividamento municipal e o endividamento a terceiros, com uma evolução do ano de 2008 para o ano de 2009. -----

A Sra. Presidente teve a oportunidade de ver que a dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo, está aqui todo o endividamento da Câmara Municipal que é de 37.866.244 euros. -----

O valor que ali está e que diz que o endividamento total da CMC em 2009 é de 25.995.000 euros, portanto, é só para verificarmos que de facto às vezes faz toda a diferença. Como dizia o Sr. Carlos Mota, são peças de propaganda e, muitas vezes, faz-se informação a partir de informação que pode estar errada e, por isso, congratulo-me com o Sr. Vice-Presidente pelo facto de atempadamente ter corrigido aquilo que acabou de corrigir". -----

De seguida leu a declaração do Grupo do PSD sobre o relatório de gestão de 2009 com as demonstrações financeiras e o parecer e certificação legal de contas. (Anexo 11) -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Handwritten signature: J. J. J. J. J.

"O BE vai votar contra estas contas, porque entre um país da "Alice no país das maravilhas" do Sr. Vice-Presidente e a realidade que também foi demonstrada pela Dra. Odete Cosme, Dr. Vasco Cunha e Sr. Carlos Mota, não temos outra opção. -----

Sr. Vice-Presidente, pode responder, por escrito, sobre os documentos que nos chegaram através da Sra. Presidente da Assembleia vinham também os dados referentes aos parâmetros do Cartaxo. Não o tínhamos solicitado mas analisamos os dados e verificamos que, em 2009, no mapa que enviaram à Sr. Presidente para nos enviar, teriam recebido 37.169,35 euros, aqui, aparecem apenas 32.929,10 euros. --- Onde pára a diferença de 4.231 euros, é este rigor que o Dr. Vasco Cunha pede e que eu reforço. ----- Também gostava de lhe perguntar onde estão reflectidas as dívidas dos membros que tiveram nas mesas de voto neste relatório, é que para além de terem sido utilizadas as verbas que eram receitas consignadas noutra fim que não a competente, também a dívida não está movimentada. O que é que se passa com a contabilidade consignada, ou seja, porque é que isto não aparece aqui plasmado? Consideramos que os senhores merecem uma forte censura pelo que estão a fazer pela nossa terra". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Odete Cosme, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Perguntei porque é que a dívida aumentou 7 milhões de euros e como é que pensariam fazer a liquidação e a gestão para o ano de 2010, com os exemplos que eu dei. Gostaria também que me respondessem, por escrito, se quiserem faço chegar a intervenção por correio electrónico para poderem seguir ponto a ponto". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Relembro o Sr. Vice-Presidente que a Dra. Odete Cosme pede através da Mesa da Assembleia, que lhes sejam respondidas as questões colocadas, envia o documento através da Assembleia Municipal ao executivo para serem dadas respostas por escrito". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar as Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão do ano de 2009, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 10 votos contra, 2 do Grupo da CDU e 6 do Grupo do PSD, e 2 do Grupo do BE. -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Tem de pôr à votação desta Assembleia Municipal, porque é proposto também que se faça a votação do resultado líquido do ano anterior, se a Sra. Presidente o quiser". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Ao fazer a votação, pensei, que estaríamos a fazer a votação das demonstrações financeiras e do relatório, que é o ponto 2. Mas este ponto não está na ordem de trabalhos, e não estando na Ordem de Trabalhos e não tendo sido pedido para ser introduzido na Ordem de Trabalhos, não posso estar a votar."

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O relatório e gestão que a Câmara Municipal entregou à Assembleia Municipal diz, na página 32, proposta de aplicação de resultado líquido do exercício e a CMC propõe nos termos do POCAL o que é que vai fazer ao resultado líquido do exercício, que vai reforçar a conta 51 do património com 259 mil euros e a conta de reservas legais com 13 mil euros. Isto é um procedimento que é necessário para se fazer, não só a cabimentação daquilo que ficou do ano passado para este ano, como para também entrar nas contas deste ano." -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dado que não está na Ordem de Trabalhos, não se pode votar, possivelmente, se a Câmara Municipal o solicitar terá que se marcar uma Assembleia Extraordinária como ponto único, mas não posso pôr à

Reg. Jueg. 40

votação uma coisa que não está na Ordem de Trabalhos. Se o pedido tivesse sido introduzido no início da Ordem do Dia, teríamos podido votar, por isso não posso por à votação algo que não está na Ordem de Trabalhos". -----

3. CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS NO ÂMBITO DA CIMLT -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dra. Hélia Batista, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Relativamente ao 3º ponto sobre a aquisição de serviços na área dos seguros no âmbito da CIMLT, é fundamental para o funcionamento dos municípios e a estratégia a ser utilizada parece que é a economia de escala, gera poupanças e trás benefícios para o Município, o PSD só pode votar a favor". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Queria perguntar o seguinte, na página 36, onde se falam dos principais espaços desportivos, recreativos e culturais do Município do Cartaxo, depois fala num parque infantil na Quinta das Pratas e na Quinta das Correias. De seguida vem "sem registo", o que é que isto quer dizer, Que as crianças que frequentam esses parques infantis estão salvaguardadas se houver um acidente?". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Tem a ver com a utilização daquele equipamento do acidente, fruto da utilização correcta do próprio equipamento". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não consegui chegar lá e saber exactamente, mas o Sr. Vice-Presidente deve saber, se a população escolar está incluída nestes seguros?" -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Todos os seguros que estão no pacote abrangem a actual necessidade do Município de uma forma transversal, naturalmente, a população escolar já se encontra contratualizada e será transportada para este concurso". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Se não há mais intervenções, então podemos passar à votação". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o concurso público tendente à celebração de contrato de aquisição de serviços na área dos seguros no âmbito da CIMLT, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

4. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO (CA) DA ELABORAÇÃO E DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM) -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Vamos passar à eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento (CA) da elaboração e da revisão do Plano Director Municipal (PDM)." -----

Entrou na Mesa uma proposta do Grupo do PS, que propõem a eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Município na Comissão de Acompanhamento e elaboração e revisão do PDM. O Grupo do PS propõe para integrar como efectivo na Comissão atrás referida, o membro desta Assembleia Municipal, o Sr. António José Pêgo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Queria perguntar à Assembleia Municipal, se no passado não havia um representante de cada partido nestas Comissões e o porquê da alteração agora, um só membro pela Assembleia Municipal, no passado havia essa situação e agora nós também pensamos que haveria um erro de redacção e que seria um representante por força partidária representada na Assembleia Municipal". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"A indicação que tive do Gabinete Jurídico é um representante desta Assembleia". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Se no passado era o hábito, acho que esta situação só reforça o nosso entendimento que entre as promessas de transparência e maior discussão dos assuntos e a realidade, há um passo que o executivo ainda não deu". -----

—A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Considero que não é um passo, mas sim um retrocesso, porque cada grupo parlamentar tinha um representante nessa comissão. Sendo um Plano Director Municipal e devendo haver uma maior consonância e maior diversidade de propostas, ficámos agora muito admirados, porque pensávamos que, independentemente do Partido Socialista ter apresentado a proposta do seu representante, que poderiam os partidos terem as suas propostas. Acho que isto é cada vez vamos retrocedendo mais a nível da Democracia". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O último Plano Director foi aprovado em que ano? Há 10 anos, pois 12 anos".

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Neste caso vou pedir um esclarecimento ao Gabinete de Apoio Jurídico, porque foi quem me indicou que teria que haver da Assembleia um representante que dissesse que, não fui consultar a Lei, se efectivamente é um elemento ou se poderiam ser mais". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Estou a dizer isto intencionalmente, antes de vir o parecer jurídico, independentemente do parecer jurídico, a força da Lei é para as situações mínimas, nada impede que haja uma consonância, um consenso relativamente à vantagem de haver representação de todas as forças políticas. Penso que a vantagem é óbvia, independentemente de a Lei dizer que só é preciso um elemento, não impede que haja vontade política e, estamos a falar de vontade política, não estou a falar de requisitos legais, para uma maior abrangência e diversidade de opiniões sobre a matéria que, me parece suficientemente importante, aliás, o Sr. Vice-Presidente costuma dizer que a importância vital para o concelho e só pode ser enriquecida com a participação de todas as forças políticas". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Peço desculpas à Sra. Presidente mas há coisas que não consigo ouvir, ainda não faz três dias estivemos todos, aqui, a comemorar o 25 de Abril, lembrava à bancada do Partido Socialista que democracia é diálogo e, eu, não importo de dialogar com surdos mas insisto no diálogo. Digo-lhe mais, insisto que o PDM, como diz o Sr. Vice-Presidente é vital, e quem não deve não teme. Vice-Presidente diga que aceita um representante por cada bancada". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não é o Sr. Vice-presidente que tem que aceitar, porque isso é uma proposta da Assembleia Municipal". -

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Então, Sra. Presidente, seja consonante com o discurso que fez no 25 de Abril, impugne para que haja maior representatividade e mais diálogo na discussão do PDM do Cartaxo". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Gostaria de focar queninguém dá a ninguém lições de democracia, até porque cada um saberá até onde chega a democracia que deve ter em relação e em função do outro. -----

Quero alertar que se Lei diz especificamente que deve ser representada apenas por um órgão da Assembleia Municipal, se for alterado como nos apetece, por mim tanto faz. Se são aqui nomeados 3 ou 4 elementos, depois alguém pode dizer que se realizaram várias reuniões sobre a questão do PDM, onde estavam indivíduos que a Lei não permitia que lá estivessem". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Na sequência da intervenção do Senhor Fabiano, não sei se toda a gente pode ou deve dar lições de democracia, sei que todos temos que ter a humildade de as receber, disso não tenho dúvida nenhuma relativamente à participação, seja ela formal ou informal, contínuo e insisto que, o PDM só tem a ganhar se tiver o contributo das diversas visões e quadrantes políticos, independentemente de a participação ser formal ou informal". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Ensinaaram-me que o princípio das regras da democracia é o respeito pelas leis da democracia. Já passei um tempo em as leis nos eram impostas, agora são aprovadas no Parlamento democraticamente, por alguma razão o legislador alterou o regime anterior. -----

Acho que não há necessidade de perder tempo com aquilo que é acessório, limitei-me a fazer uma pergunta para ficarmos todos a perceber porque é que a Lei foi alterada para um representante da Assembleia Municipal, porque o regime foi alterado. Chegou-se à conclusão que não fazia sentido, estávamos a duplicar as coisas, ou seja tínhamos representantes da comissão de acompanhamento e uma comissão de acompanhamento de elaboração do PDM não é fácil, porque é preciso ter algum conhecimento sobre o Plano Director Municipal, mesmo dentro das áreas académicas, que versam e tratam destes assuntos, não há muitos em Portugal que saibam elaborar Planos Directores Municipais, como se sabe. -----

Por conseguinte, o regime foi alterado por isso mesmo, porque era uma duplicação. O referido planovai voltar aqui para ser analisado, discutido e aprovado, o que se tem agora é um elemento de ligação que vai trazendo à Assembleia Municipal a informação sobre a evolução dos trabalhos da comissão. -----

O que o Sr. Presidente pede se por acaso se lembravam quando é que foi feito o PDM, que é para que não estarmos a dizer que no ano passado fizemos, estávamos lá, não é verdade, o último PDM foi há meia dúzia de anos". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Reforçamos e fico espantado pelas palavras do Dr. Bernardo saber exactamente, porque é que pôr-se na cabeça do legislador e saber porque é que o mesmo fez a alteração. Fico contente mas não passa de uma opinião. Sobre o PDM, reafirmamos, por uma questão que o Dr. Bernardo fez questão de falar, existe no país na Alice no País das Maravilhas, um elemento do Partido Socialista que vai às reuniões e que nos trás informação. Não estou a dirigir-me ao Dr. Bernardo, estou a fazer um chamamento retórico, Dr.

Bernardo porque é que o PS estando no executivo, como o senhore esteve a ouvir esta Assembleia Municipal, porque participou pouco, viu quem não deu praticamente nenhum dos esclarecimentos, dos estudos, dos dossiers e que a única coisa que deu foi propaganda. -----

Vamos acreditar que um partido que governa em maioria absoluta há três décadas no Cartaxo e que, nos últimos anos, tem desrespeitado a oposição, sempre que pôde, ocultando informação. -----

Posso lembrar do estudo concluído em 2007, que teve à espera das eleições para ser divulgado, e outras dezenas de casos desses. Não temos confiança nesse elemento, solicitamos mais participação, porque foi isso que dissemos ao eleitorado e costumamos cumprir, ou pelo menos tentar cumprir aquilo que prometemos ao eleitorado". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Permitam-me que dê aqui uma nota, de que se este ponto se está formatado de acordo com a Lei, a partir daqui não dúvidas, aquela comissão de acompanhamento é em representação de um elemento da Assembleia. A partir daí, todos e quais queres esforços, que vão no sentido de esclarecer e de tornar mais participativo o processo da própria Câmara à total e completa abertura, com ordem, rigor com uma participação cuidada, mas tem que ser um processo a desenvolver em paralelo e não enquadrado nesta comissão que legalmente está estipulada. Eu também confesso e porque há, eventualmente, a intenção de retirar o ponto ou pedir para retirar o ponto da Ordem de Trabalhos que, em meados do Verão, já temos este assunto discutido, os perímetros consolidados com todos os Presidentes de Junta, o trabalho bastante avançado em termos de calendarização. Caso seja essa a opção, a participação também se vai esbater, integrar-se noutra fase do planeamento mas não naquele que entende e que, praticamente, toda a gente é mais sensível, no que diz respeito aos perímetros urbanos, as questões mais simples e acessórias à elaboração do próprio PDM, pelo que a Câmara está disponível para acolher as opiniões, intenções e participações dos membros desta Assembleia Municipal que assim o entendam mas não na comissão". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Apesar do PDM já ser de há mais de uma década, em cada mandato, existia uma comissão de revisão do PDM, com elementos de todas as bancadas. Não foi inventado, foi discutido nesta casa e já cá estou há muitos anos, sei perfeitamente que passámos por isso. -----

Neste último mandato, posso dizer que essa comissão nunca reuniu, pelo que protestamos. O nosso representante era Délio Pereira e do PSD a Eng. Luísa Pato, não me lembro quem era do PS, mas tínhamos representantes. -----

Concluimos que o facto de o PS ter apresentado uma proposta que, está cá dentro, já reuniram e sabem não sei o quê, nós chegamos aqui como facto consumado. Um representante da Assembleia Municipal poderia até, quem sabe, um elemento de outra bancada qualquer não sendo do PS, pelo que deveríamos ter apresentado propostas para votação e, por isso, ainda podemos fazer se assim o entendermos. -----

O facto de ser o Partido Socialista, não é por ser maioritário não é por nada, foi o Partido Socialista que apresentou esta proposta e está a votação e em discussão, o que interessa é vir um representante da Assembleia Municipal, segundo que diz a legislação que, por acaso também gostava de ler, porque aquilo que dizia anterior não sei se houve revogação ou não da Lei anterior. -----

Proponho um acompanhamento na Assembleia Municipal, visto ser um caso onde há coisas que são susceptíveis, inclusivamente, têm sítios onde não era urbanizada e está a ser urbanizada, os perímetros, planos da construção e da habitação, entre outros. -----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Queria dizer que quando tudo estiver preparado, o plano não venha só para aprovação do acto em si, mas que possa vir a esta Assembleia ser construtiva e fazer uma discussão sobre algumas coisas mais importantes do PDM". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Antes de dar a palavra ao Dr. Bernardo, proponho dois minutos para os Grupos proporem alguém, só tenho que pôr à votação as propostas que estão na Mesa e na Ordem de Trabalhosvinha um membro da Assembleia Municipal, não dizia que o elemento era do Partido Socialista, qualquer das bancadas pode propôr um elemento. -----

Se a Lei mudou e não há um esclarecimento que é um elemento, também não podemos estar a ir contra a Lei, depois pode o executivo pedir que os outros grupos possam ter alguma intervenção a nível deste assunto". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sra. Presidente, não houve ninguém, durante estes anos, na comissão de revisão do PDM, que diz a própria Lei, como sabe é revista de dez em dez anos por Lei.O PDM não é aprovado pela Câmara, é aprovado na Câmara Municipal e depois na Assembleia Municipal e, depois há-de ser ou não aprovado pelo Ministério que tem a tutela do ordenamento do território.O que houve e a Sra. Deputada está a referir é outra coisa, era a comissão de acompanhamento da aplicação do PDM que, esteve em vigor e que se mantém em vigor até entrar este novo, não é da revisão.A revisão, o próprio PDM contempla nos termos da Lei, quando é que volta a ser revisto.Presumo que este vai dizer que só volta a ser revisto daqui por dez anos, o PDM não é uma coisa que se faça ou se altere todos os anos. -----

A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não têm poder para alterar o PDM, pode-se submeter a apreciação superior qualquer correcção ou alteração, mas não pode fazê-lo. Não confundir comissão de acompanhamento de aplicação com comissão de acompanhamento de execução ou de revisão. -----

A Lei diz queé o representante da Assembleia e aOrdem de Trabalhos trazia eleição de um representante, eleição de um presidente.O que nós fizemos foi agarrar o trabalho e apresentar na Mesa os instrumentos de trabalho. -----

Não cometemos nenhum crime. Não fomos nós que mudámos a Lei, estamos apenas a tentar que ela se cumpra, isto não impede que a Câmara aceite uma dúzia de representantes a assistir, que façam debates públicos, agora, a Lei é uma coisa, o voluntariado é outra.Issso depende da Câmara Municipal, da comissão de acompanhamento, o que temos aqui é comissão de acompanhamento que, nos termos da Lei, tem um representante da Assembleia Municipal e determinados representantes da Câmara". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, do CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Há dois aspectos deste problema, a questão legal e a questão política. Na questão legal não está em causa, nem ninguém está a pôr em causa, enquanto na questão política a vontade política de querer ou não a participação activa de opiniões diferentes. Isso dá-me a impressão que não existe e não existe porque? Se existisse, esta comissão do mandato anterior, tinha reunido pelo menos uma vez, em quatro anos não reuniu. -----

Se existisse, o PDM tinha sido sujeito à aprovação pela tutela há dois anos atrás e ainda agora vai continuar a ser discutido, para depois ser apresentado a proposta à Assembleia Municipal para aprovação e, depois ser submetida à aprovação da tutela. -----

Lembro que é um lapso grave e quando foi reconhecido pelo executivo ainda há pouco tempo, porque o Plano de Pormenor do Valley park só pôde abranger 34,5 hectares, dado que o PDM não permitia que fosse mais, ou seja o Plano Pormenor do Valley park que está a ser submetido à discussão pública e

22
Júlio
PR

agora o entendimento da discussão pública é muito diferenciado, porque para, nós, discussão pública não é a exposição do projecto na vitrina da Câmara, discussão pública é uma discussão pró-activa e efectiva, não é mera afixação dos projectos na vitrina, tendo em conta que a população não passa por lá e se passa não vai ver o que lá está afixado. -----

Discussão pública é algo muito mais abrangente e completamente diferente, a afixação pública é um mero lavar de alma para quem diz que é quer a discussão pública, mas de facto não a quer. A representação legal dizer respeito a um elemento, tudo bem, mas não invalida que, inclusivamente, no âmbito da Assembleia Municipal, não se crie um grupo de trabalho relativo a este assunto e outro com representação de todas as forças políticas". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O Sr. Deputado tem razão, só está a esquecer uma coisa, é que no mandato anterior não havia PDM, o mesmo estava suspenso. O PDM do Cartaxo, Azambuja e Alenquer foram suspensos. Não havia comissão porque não havia PDM que estava suspenso. Razão pela qual o Valleypark não podia ser de outra forma, dado que não havia instrumentos para se poder mexer, agora sim. -----

Quero esclarecer que, depois de o PDM ser aprovado na Assembleia e pela tutela, tem um período de discussão pública obrigatório por Lei e só depois disso é que tem a aprovação final. Portanto vamos ter "quilómetros de meses" para apreciarmos o PDM quantas vezes quisermos". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Acho que pode ficar muito entusiasmado em focar o cumprimento da Lei nesta matéria do PDM, não me esqueço que está entusiasmado em invocar o cumprimento da Lei no PDM, porque nunca o vi nem nunca o ouvi entusiasmado para que o executivo cumprisse a Lei noutras matérias, nomeadamente nas contas, orçamentos e relatório de contas. Nunca vi esse entusiasmo tão excessivo sobre o cumprimento da Lei. Cumpra-se a Lei Sra. Presidente, mas digo-lhe uma coisa, a Lei não diz que é só um representante. Não vou discutir a Lei, o que eu vou discutir é democracia participativa e, isso, a maioria do PS faz dela o que entender. Agora registo este corte de democracia e de participação no PDM". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Por vezes a falamos do que queremos mas não do que sabemos e, tentamos aqui fazer algumas afirmações que nem sempre são fundamentadas. Uma questão que eu gostava de ver respondida era quando é que o PDM do Cartaxo esteve suspenso? É uma questão, foi dito com tanta convicção que eu gostava de saber quando é que ele esteve suspenso. -----

Gostaria de saber era se no anterior mandato da Assembleia Municipal foram ou não nomeados ou eleitos representantes da Assembleia Municipal para comissões de acompanhamento do PDM, porque foi aqui dito com convicção que também não foi nenhum. -----

Outra questão que eu gostava de ver respondida era se esta Lei apresentada em 2007 corresponde a uma alteração ou não da Lei, ou seja neste aspecto em particular e ponto em particular. Também foi dito com muita convicção que esta Lei que trouxe que introduziu algumas alterações nestes pontos que estamos a discutir. Quando fazemos algumas intervenções e demonstramos algumas posições. É necessário perceber, exactamente, o que é que a estamos a dizer e ter a certeza daquilo que afirmamos. Na sequência da intervenção do Deputado Carlos Mota, queria propôr à Assembleia Municipal e lançar o desafio à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, para que na próxima Assembleia Municipal seja a criada e proposta uma comissão de acompanhamento do PDM tal como está, exactamente, no Regimento, essa possibilidade da constituição de comissões, por parte da Assembleia Municipal. -----

Aqui, poderíamos tentar encontrar outras alternativas, para fazer do mesmo modo esse acompanhamento, algo que está ser, liminarmente, recusado pela bancada do Partido Socialista. Isto revela mais uma vez a posição que, muitas vezes, aqui tem sido demonstrada pela bancada do Partido Socialista. -----

Se a bancada do Partido Socialista não se revê na intervenção do elemento que fez essa mesma intervenção, para nós sabermos, têm que se manifestar". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Só para que haja uma consciência que, essa comissão de acompanhamento, apenas tem uma função de reunir e de aprovar aquilo que, tecnicamente é apresentado com um elemento da CCDR e, enfim, há um conjunto de tramitação de todo o processo que, até está no site da CCDR, não há lugar a discussão. O que está a ser aqui levado para o conceito de comissão de acompanhamento, não é a comissão de acompanhamento que está estipulada na Lei. O que eu sugiro é que, fruto de um amadurecimento das nossas ideias, do que é que é realmente essa comissão de acompanhamento ou, até acreditar nas minhas palavras que, se crie uma outra comissão com outro nome qualquer e teremos toda a abertura para participar de uma forma activa. -----

Em comissão de acompanhamento têm, salvo erro, sete reuniões desde a primeira até ao final do processo de revisão do PDM. Talvez não seja bem o conceito que, actualmente, temos interiorizado como sendo da comissão de acompanhamento. Gostava que tivessem isso em conta. -----

A discussão pública que foi avançada pelo Sr. Deputado Mota é também um processo legal, mais ou menos discussão, ela está definida o que é que é, o que representa. Mais discussão do que isto, haverá oportunidades para o fazer, posso garantir que está planeado com os autarcas de cada Junta de Freguesia e, depois em fórum público, no Centro Cultural, é o que está planeado, para que todos tenham acesso e consigam visualizar o que é que se está a passar. A comissão de acompanhamento não é essa comissão de acompanhamento que estão a pensar". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, do CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Quando falei em discussão pública não me estava a referir ao PDM, mas sim ao Plano de Pormenor do Valley Park". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Joaquim Edgar, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Como todos sabem já cá estou há 22 anos e assisti ao outro PDM, na comissão anterior e andei na minha freguesia, à semelhança dos outros Presidentes de Junta, a delimitar por onde passava o PDM e, depois passou aquilo que os técnicos quiseram, foi à vontade deles, a opinião dos Presidentes de Junta não vale nada. -----

Não me lembro de comissão nenhuma para o PDM, eu não me lembro de ninguém do PS, PSD, CDU ser eleito. -----

Se me tivessem elegido a mim, eu não ia porque já sei o que é, é perder tempo e não vale a pena, o Ministério corta por onde quer. -----

Em Vale da Pedra todas as ruas da direita e da esquerda quiseram para fazerem casas ali à porta, mas não, foi traçado de alto a baixo, pondo por exemplo REN em sítio de agricultura, pelo que estamos aqui a perder tanto tempo, com tantas coisas que podíamos fazer, perde-se muito tempo nesta Assembleia, mal empregado tempo". -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"De qualquer maneira este assunto é um ponto da Ordem de Trabalhos, tem que haver discussão e temos pessoas que se inscreveram para discutir". -----

CM.
Jus
FW

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Penso que o Sr. Vice-Presidente não percebeu o que foi proposto pelo PSD em relação à comissão. Depois já existiram outras intervenções, que também não percebeu, esta foi mais uma.

Foi proposta a criação de uma comissão ou grupo de trabalho ao abrigo do capítulo 4º, pelo artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal, podendo a Assembleia Municipal constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado, a iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente, pela Mesa ou pelos grupos municipais ou por qualquer membro da Assembleia. Depois no artigo 41º e 42º e seguintes, vêm as suas competências, composição, funcionamento, composição número de membros de cada delegação, entre outras, e foi isso que nós propusemos". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Temos neste momento uma proposta para cumprir uma legislação e um pedido dos membros, nomeadamente do Eng. Pedro Barata à semelhança de outras comissões, de uma comissão que poderia ajudar, dando elementos ao executivo, ou dando elementos à comissão legalmente constituída. -----

Sendo uma participação de todos os elementos da Assembleia, registo esta proposta da criação de uma comissão para todos os membros, depois trarei à próxima Assembleia que, neste momento, está na Mesa esta proposta para cumprirmos a legislação". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Para esclarecer mais uma vez o ponto da ordem de trabalhos, vou ler "a eleição de um representante da Assembleia Municipal para a comissão de acompanhamento de elaboração e de revisão do Plano Director Municipal", solicitava à Sra. Presidente, caso não haja outras propostas, para pôr à votação a proposta que tem na Mesa sobre este ponto. (Anexo 12) -----

Para esclarecer o Sr. Deputado, o PDM do Cartaxo, Azambuja, Alenquer, esses PDM, já ouviu, aqui, as referências às indemnizações em determinados Municípios foram suspensas, quando o Conselho de Ministros pela mão do Sr. Ministro das Obras Públicas e Território, João Cravinho, decidiu, em Conselho de Ministros, que o aeroporto não era na Ota. -----

Concomitantemente foram suspensos os Planos Directores Municipais até à conclusão do Projecto da Ota, antes disso estavam suspensos, porquê? Exactamente, para que não comesçassem os "galifões" a comprar terras, etc.. Como tal, os Planos Municipais foram suspensos para que isso não acontecesse, ou seja como aconteceu agora em relação à nova localização os Planos Directores Municipais. -----

Para a revisão e elaboração do novo PDM, os senhores estão a falar de outra coisa, do acompanhamento da aplicação do PDM e, Municípios houve, que na vigência do anterior Plano Director Municipal tinham comissões de acompanhamento da aplicação do PDM, porquê? Porque como sabe, isto tem geração muito recente. Estes instrumentos vieram acabar com os impérios dos dois valentes de Portugal, o país era dos dois valentes, o Valente de Oliveira e do Luís Valente, eram a Direcção Geral Planeamento Urbanístico, eles, é que decidiam quando era e, depois eram os CCR. -----

Para terminar com isso, criaram-se os Planos Directores Municipais, ou seja os municípios quando têm o Plano Director Municipal naquela horta que lá têm, sabem se é de RAM ou REN, se é perímetro urbano ou rural. -----

Está aqui em questão o cumprimento da Lei em relação a essa exigência, que é nomearmos um representante da Assembleia, e se a Assembleia Municipal quer uma comissão de acompanhamento da aplicação do PDM. Façam a proposta e ponham-na na Mesa. São coisas diferentes". -----

—A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

M.
João
Pato

"Se for uma votação requerimento e depois da proposta, eu, tenho que cessar imediatamente qualquer discussão e passar à votação". -----

–O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu não disse que era requerimento, propositadamente, porque senão lá vinha, eu, ser acusado da democracia. Não, o que eu disse foi que a Sra. Presidente tem uma proposta na Mesa e se não tem outras, ponha essa a votação". -----

–O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pego, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Vou ser muito rápido, porque o Sr. Joaquim Edgar disse muito daquilo que eu ia para dizer. O PDM do Cartaxo foi publicado em Diário da República 20/01/98, e seria para vigorar por um período de 10 anos. Corrigindo um pouco o camarada Bernardo Pereira, os PDM não foram suspensos". -----

Quanto aos PROT, Planos Regionais e Planos Nacionais de Ordenamento de Território, foi solicitado às Câmaras Municipais da região do Oeste e outras que estavam incluídas no pacote da Ota, que esperassem por esses Planos Regionais, que foram aprovados no final do ano de 2009. Por isso, é que existem agora condições para se fazer a revisão do PDM. -----

Quero lembrar também que os planos mantiveram-se e ainda há projectos que continuavam com as mesmas directrizes do PDM de 1998. Também quero dizer que existiram em 1998 e eu acompanhei as reuniões em todas as Juntas de Freguesia do Concelho, em que as pessoas foram convidadas a participar, mas infelizmente a participação não chegou a 2%. Isso é que eu lamento e espero que agora seja mais participativa". -----

–O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Na altura em que o PDM foi aprovado, eu estava na Junta de Freguesia com o Fernando Santos e, aqui, só para reforçar um pouco aquilo que o Sr. Joaquim Edgar disse, este PDM que está em vigor não passou de uma "palhaçada", é aquilo que eu penso. -----

Tenho um terreno que comprei em 1973, no centro do Cartaxo, com cerca de 250m² e dizem que não posso construir. Quando o comprei, a escritura permite a construção de uma casa com 130m² no rés-do-chão 1º andar e 120m² para quintal. Agora não se pode construir, dizem que é para uma lixeira. -----

Tenho outros terrenos bem situados, onde tenho uma moradia à esquerda e à direita, mas eu não posso construir, porque ali passa a REN. -----

Na sessão de esclarecimentos dada na Quinta das Pratas, em que representantes do governo, na altura, não tiveram resposta para ele, o mesmo disse várias vezes que foi um péssimo trabalho a sinalização dos solos feita pelos técnicos. E ninguém respondeu. É verídico. -----

As pessoas de norte a sul do país estão contra este PDM, porque isto é uma vergonha, porque as Câmaras Municipais tinham interesse em aprová-lo mais rápido possível por causa das verbas que vinham a entrar, e o que é certo é que não foi ouvida a população". -----

–A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Entrou na Mesa uma proposta "B" do Grupo Parlamentar do PSD, que propõe a Eng.ª Luísa Pato para representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Elaboração e da Revisão do Plano Director Municipal - PDM" (Anexo 13). -----

–O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Na sequência até da nossa representante que tem vindo ao longo dos últimos anos, sempre que solicitada, a acompanhar esta matéria, daí manter a coerência na indicação a propôr. -----

Agradeço ao Sr. António Pego por me ter esclarecido um dos três pedidos de esclarecimentos". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por, maioria, eleger o Sr. António José Pego como representante da assembleia municipal para a Comissão de Acompanhamento (CA) da elaboração e da revisão do plano director municipal (PDM), com 15 votos a favor para a proposta "A", 7 votos a favor para a proposta "B" e 4 abstenções. -----

5. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DO Cartaxo -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Entrou na Mesa uma proposta do Grupo do Partido Socialista que propõe para integrar como efectivo o Conselho Municipal Cinegético, o Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Pedra, o Sr. Joaquim Edgar Carreira de Oliveira". (Anexo 14) -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, eleger o Sr. Joaquim Edgar Oliveira como representante da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal do Cartaxo, com 17 votos a favor, 4 votos a nulos e 4 abstenções. -----

6. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Entrou na Mesa uma proposta do Grupo do Partido Socialista que propõe para integrar como efectivo do Conselho Municipal de Educação o Presidente da Junta de Freguesia de Pontével, o Sr. José António Sobreira". (Anexo 15) -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por, unanimidade, eleger o Sr. José António Sobreira como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Educação, com 15 votos a favor, 6 votos a nulos e 5 abstenções. -----

7. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

--O Membro da Assembleia Municipal, Dra. Hélia Monteiro, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Devo esclarecer aos que estão aqui pela primeira vez, que este Regulamento de Atribuições de Bolsas já esteve presente em sessão da Assembleia no outro mandato e, apraz-me registar que as correcções apresentadas, na altura, por mim e pela Prof. Emília Soares como puderam ver na Internet, foram todas elas contempladas, pelo que estamos satisfeitas". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Após a análise o BE vai votar favoravelmente este Regulamento, no entanto, aproveita a sua vinda à Assembleia para alertar e questionar, através da Assembleia e do Executivo, que é no básico que os Municípios devem investir maior investimento na educação, porque é aí que são as bases. Nós alertamos e solicitamos um maior cuidado. -----

Relativamente à questão das visitas de estudo dos miúdos do concelho do Cartaxo fomos informados e não tive tempo de aferir a veracidade desta informação que, neste momento, são pagas na íntegra pelos pais. -----

Gostava de saber se corresponde à veracidade, sem diferenciação entre os rendimentos dos pais, se assim fôr, depois nós fazemos chegar por escrito o nosso contributo, no sentido de haver diferenciação de acordo com os rendimentos". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

Handwritten signature: Keyes

"Mesmo votando a favor deste Regulamento e mesmo tendo sido esclarecidas algumas dúvidas colocadas pela Prof. Hélia Baptista, há coisas que ainda não estão muito claras. Segundo percebi, a atribuição destas bolsas são anuais, não especificando se poderão ser renováveis ou, mesmo quando atribuídas no primeiro ano se irão acompanhar durante o curso superior ou curso profissional, como aqui refere. Se não estará a desfraldar um pouco as expectativas da pessoa que, não tendo qualquer evolução a nível financeiro do agregado familiar, se esta questão é acompanhada. -----

No artigo 2º, na alínea b), não percebi muito bem a questão referente à colaboração na formação de quadros técnicos superiores residentes no Município, não percebo se é para as pessoas que estão ao abrigo destas bolsas ou para pessoas que estão dentro dos quadros da Câmara Municipal. -----

No artigo 3º também suscita uma dúvida, quando no número 1, a Câmara Municipal atribuirá anualmente, até ao máximo dez bolsas e, depois no ponto 3 e no ponto 5 já estabelece que este limite pode ser ultrapassado ou não. -----

Propunha uma melhor explicação do ponto 1 e banir o ponto 3 e 5. -----

No artigo 5º, número 1, alínea c), refere que «o documento emitido pelo estabelecimento de ensino onde o candidato esteve matriculado nos anos anteriores» poderá suscitar a possibilidade do candidato ter frequentado três estabelecimentos de ensino diferentes, não especificando se é no 10º, 11º ou 12º ano. ---

Na alínea G), também suscita uma dúvida no que refere a documentos comprovativos de encargo com habitação, também era importante que estivesse especificado, objectivamente, de que habitação se referem, se é habitação do agregado familiar ou da própria da pessoa. -----

Para finalizar, no artigo 6º, ponto 3, há um pequeno erro, penso, que é um erro, na fórmula aparece $i+h+s$, aí, será supostamente o fechar do parêntesis e não um (i), porque na legenda não se encontra nenhuma referência ao número 1". -----

—O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não sei de devo entender estas questões como perguntas, porque a fase de discussão ultrapassada, não sei se há lugar ao que quer que seja neste âmbito, pelo que é uma questão que diz respeito à Assembleia. -----

No que se refere à questão levantada pelo Sr. Deputado Pedro Mendonça sobre as visitas de estudo, informo que este ano já foram todas desenvolvidas e suportadas pelos pais ou por algumas autarquias e Juntas de Freguesias, a nível de transportes e outros. -----

Da parte da Câmara Municipal, respeitando a regra que tem sido estipulada do ano anterior, em que deve haver uma viatura por cada turma ou cada duas turmas, ainda estamos a receber contributos. -----

Da minha parte houve um entendimento em tudo o que tenha a ver com a questão dos transportes e para as escolas, teria que ser orçamentado e planeado antes de se partir para a execução, no sentido de não haver actos de forma a miúdo, apoiando isoladamente mas colocando tudo no "bolo". -----

Nesse sentido faltam-nos poucas escolas para darmos o destino, o número de alunos, composição da visita de estudo, para que em sede na Câmara Municipal, nós, consigamos ter a envolvimento completa e, depois de apurados os custos, teremos condições para, ainda antes do final do ano, conseguirmos fazer as tais visitas de estudo". -----

—O Membro da Assembleia Municipal, Dra. Hélia Monteiro, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não percebo porque é que aparece também misturado na internet as duas coisas, mas acho que são coisas distintas, uma é a bolsa de estudo para a pessoa prosseguir estudos superiores e que se pretende que seja aprovado neste regulamento, outra são as visitas de estudo que dependem de vários factores, como a acção social da escola e da Câmara, porque há alunos com o escalão A e escalão B, que

poderão ter direito só a metade do pagamento da visita. Acho que as visitas de estado são um assunto à parte, não são exactamente o regulamento das bolsas de estudo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sra. Emília Soares, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a esta matéria ficámos satisfeitos, porque as nossas propostas de alteração foram aceites, finalmente, porque na primeira versão não estavam corrigidas. Penso que, desta maneira, o contributo das várias bancadas a sensibilidades é importante para que se gerem alguns documentos e que sejam muito proveitosos para os utentes. -----

A nível de visitas de estudo, isso será uma outra situação, que não tem a ver com as bolsas de estudo, agora de facto será e, se calhar merecerá uma outra discussão, uma outra apresentação de propostas noutra Assembleia". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Só solicitei e foi respondido, eu sei que são assuntos diferentes, era só mesmo esta dúvida que eu tinha para, depois, poder fazer outra documentação". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Penso que aquilo que o companheiro Gonçalo Gaspar acabou de apresentar e não quero alterar nada, quero pedir dois ou três esclarecimentos, sobre o facto de reconhecer ou não, se na fórmula de cálculo há erro, está incompleta ou falta mais qualquer coisa para, depois, o parêntese terminar. É só para tentar perceber se houve erro ou não no artigo 6º. -----

Em relação à gestão de expectativas, que o Gonçalo Gaspar também falou, se isso vai ser ou não contemplado, se está a ser ou não considerado nestes processos e, se tem isso em consideração, porque foi levantado na reunião que tivemos a discutir, se seriam 10 por ano. Lembro-me que foi essa a discussão, se eram 10 por ano e, depois, no final de 3 anos já eram 30 ou, se mantinham sempre o número 10. -----

A questão da gestão da expectativa em relação ao aluno que tem aproveitamento e passou para o 2º ano, também não foi respondida. -----

As outras dúvidas que o Gonçalo Gaspar apresentou não são não há nenhuma sugestão para alterar, são perguntas com o único objectivo de esclarecer e perceber dois ou três pontos". -----

--O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Essa questão da gestão das expectativas terá que ser aprofundada, em termos de análise técnica da matéria, porque poderá haver dois entendimentos, de qualquer forma apresentarei o esclarecimento à Sra. Presidente da Assembleia". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo., com 26 votos a favor, 26 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

--A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Foi apresentada pelo Grupo do PS, uma proposta de inclusão de novo ponto na Ordem do Dia com a seguinte redacção "Apreciação e votação da proposta de aplicação do resultado líquido do Executivo, ao abrigo da alínea C) do nº.2 do Artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro." (Anexo 16) -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----


"Deduzo pelo texto da proposta apresentada, que é suposto haver uma proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, mas eu sei que não há, porque na reunião de executivo municipal desta manhã esse assunto não foi discutido nem aprovado, pelo que não pode haver proposta. Nada disto faz sentido". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Aquando da discussão do ponto 2, alertei que no momento em que estávamos era preciso fazer a votação deste ponto e, na altura a Sra. Presidente da Assembleia encerrou o ponto e passou ao ponto 3. - Neste momento não há condições objectivas, até porque o que está no Regimento da Assembleia decorre do Código do Processo Administrativo e diz que "até ao momento em que se inicia a Ordem de Trabalhos há a possibilidade de introduzir novos pontos na mesma". -----

A todo o tempo, no decurso de cada ponto da Ordem de Trabalhos pode ser alterado a letra da mesma e, nessa altura, a Sra. Presidente podia ter aceite a proposta de fazer a alteração desse ponto. A Sra. Presidente diz que não foi feita a proposta, foi alertada. Há um problema que resulta do executivo municipal não ter a sua própria votação sobre esta questão, se o executivo municipal votou as demonstrações financeiras e o relatório de gestão, mas não fez a votação da aplicação do resultado, a Assembleia Municipal também não se pode pronunciar sobre algo que o executivo municipal não votou. -- Assim sendo, a maneira de resolver este assunto é com a realização de sessão da Assembleia extraordinária ou uma sessão da Assembleia a curto prazo. A Assembleia Municipal não pode deliberar antes da Câmara Municipal". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não foi nossa responsabilidade". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Após conversa com o Grupo Parlamentar do PSD, a Assembleia Municipal teve a oportunidade de resolver esta questão, é um problema que não criado por nós e não participaremos em nenhuma das duas votações. -----

O Partido Socialista, por si, assumirá a responsabilidade de fazer aprovar o requerimento sobre inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, bem como, com a responsabilidade da aplicação dos resultados do exercício do ano passado. Não podendo fazer uma declaração de voto à posteriori, deixo aqui a minha declaração". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Faço minhas as palavras do Dr. Vasco Cunha e acrescento que não foi responsabilidade nossa este problema, mas porque queremos que ele seja resolvido e não queremos criar problemas ao Município, viabilizamos desta forma a sua resolução através da abstenção". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O BE também não participar nestas votações e quero deixar claro que tentamos respeitar os cartaxeiros. Solicitamos à maioria do PS que faça os trabalhos de casa, tenha a certeza das coisas que vem apresentar à Assembleia Municipal e que, quando forem assuntos desta gravidade não nos deixem a responsabilidade da vossa irresponsabilidade total. Combinado com o Grupo do PSD e da CDU e a bem do Cartaxo, também não vamos votar". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a proposta do PS para a inclusão de novo ponto na Ordem do Dia com a seguinte redacção “Apreciação e votação da proposta de aplicação do resultado líquido do Executivo, ao abrigo da alínea C) do nº.2 do Artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5 – A/2002 de 11 de Janeiro”, com 13 votos a favor do Grupo do PS e 3 abstenções do Grupo do PS. -----

O Grupo do PSD, o Grupo da CDU e o Grupo do BE não participaram na discussão nem na votação deste ponto. -----

8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXECUTIVO, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO Nº.2 DO ARTIGO 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº. 5 – A/2002 DE 11 DE JANEIRO. --

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria aprovar a aplicação do Resultado Líquido do Executivo, com 13 votos a favor do Grupo do PS e 3 abstenções do Grupo do PS. -----

O Grupo do PSD, o Grupo da CDU e o Grupo do BE não participaram na discussão nem na votação deste ponto. -----

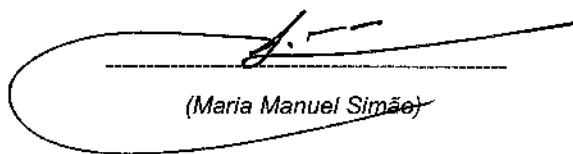
A Sra. Presidente antes de dar por encerrada a sessão, propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executividade imediata. -----

--Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre forma de Minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executividade imediata. -----

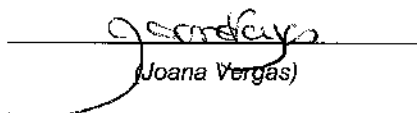
--ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, às onze horas e trinta minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

--Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Joana Maria Ferreira Vergas, a redigi e subscrevi, vou assinar junto da Presidente. -----

A Presidente,


(Maria Manuel Simão)

A 2ª Secretária,


(Joana Vergas)

Ames 1

<http://cartaxo-js.blogspot.com>

JS **MAIS JUVENTUDE, MAIS CARTAXO**

Partido Socialista
cartaxo



Handwritten signatures and initials

Mais um passo para aproximar a autarquia dos cidadãos.

Nos últimos anos assistimos a rápidas modificações na sociedade de informação e da tecnologia, com maior rapidez de distribuição por todos os cidadãos.

A política e a vida autárquica não escaparam a essas modificações e, por isso, entendemos que já se entrou claramente na era da política 2.0. Tendo em conta que o fluxo de informação é cada vez mais elevado e o tempo escasseia, há que criar e implementar canais de comunicação que cativem e que aproximem cada vez mais a autarquia dos cidadãos e, especificamente, dos jovens.

A Internet e, mais concretamente, as redes sociais são hoje um veículo excelente para chegar a mais pessoas.

Integrado na política de comunicação da autarquia, que já desenvolve o site institucional e a newsletter, entendemos que será bem acolhida a ideia de criar um registo em várias redes sociais (Facebook, Twitter, entre outras), com actualizações diárias ou semanais. Julgamos que será mais um mecanismo para reforçar o contacto entre autarquia e a população.

A par da proposta de implementação e registo em redes sociais, propomos a criação do Portal Municipal da Juventude. Sabendo que as faixas etárias mais jovens são consumidoras ávidas de informação online, assume especial importância a existência de um espaço na rede onde possam encontrar informação relativa às diversas áreas de interesse relacionadas com as políticas de juventude, como por exemplo emprego, habitação, actividades desportivas e culturais, oportunidades de estágio (v.g. estágios Da Vinci) e Conselho Municipal de Juventude.

Com os melhores cumprimentos,
Pelo Secretariado da JS Cartaxo
Vasco Miguel Casimiro
(coordenador)

*Cartaxo, 27 de Abril 2010
O Grupo parlamentar na Assembleia
Municipal do Cartaxo
Ana Monteiro Rodrigues*

Pedido de Prolongamento
do Período antes da
Ordem do Dia.

Por se encontrarem
assuntos de importância
sem Tempo para uma cabal
discussão, Vimos solicitar
o Prolongamento do Período
antes da Ordem do dia

Pedro Mendonça
Odete Cosme
(deputados do BE)



UNIÃO DOS JARDINS

Moção ①

Amexo 3

Handwritten signatures and initials.

A 19 de Março de 2010, perante o abate descontrolado de árvores na Praça 15 de Dezembro, no Jardim do Cartaxo e após palavra do Presidente Paulo Caldas que só cortaria árvores doentes e poucas, perguntámos:

1. Onde estavam guardados os monumento, nomeadamente a estátua de Marcelino Mesquita de Leopoldo de Almeida?
2. Onde estavam os planos detalhados da União dos Jardins?
3. Quem tinha garantido o financiamento?
4. Onde estava o visto do Tribunal de Contas?
5. Quem era o arqueólogo contratado?

Os monumentos só após a opinião pública pressionar, foram deslocados do estaleiro das obras onde estavam irresponsavelmente, para o pátio do Parque de Máquinas da Câmara.

Soube-se um dia depois, que se encontrava em Edital "público" no interior da C.M.C. desde 15 de Janeiro um estudo de 2007, que esteve "esquecido" durante dois anos e aparecido após as eleições, onde se afirmava que se iriam abater 148 árvores. Estudo assinado por uma arquitecta, Estudo sem bases científicas conhecidas, do gabinete de design e arquitectura responsável pela União dos Jardins. O Presidente da Câmara afirma que estudaram durante dois anos as árvores, perguntamos: quais os anos e onde estão esses estudos?

Continuamos sem planos detalhados sobre este projecto estrutural para o Urbanismo e bem-estar do Cartaxo. Continuamos sem garantias de financiamento e sem visto do Tribunal de Contas.

E continuamos sem saber quem é o Arqueólogo responsável. Esperemos que não seja mais uma lamentável situação como a do avaliador do Campo da Feira (Eng. Capitão Felisberto) que continuamos sem saber quem é, como e porque foi contratado pela Autarquia.

Lamentamos que o Dr. Paulo Caldas, não tenha ouvido o Bloco de Esquerda, na reunião ao abrigo do Estatuto da Oposição, de 23 de Dezembro último onde sugerimos por exemplo:

- Respeito pelas árvores aquando do início e condução da Obra. Na altura foi-nos garantido que isso seria assegurado e que apenas seriam abatidas uma "dúzia delas".
- Uma nova localização para o Parque Infantil, dado que na planta estaria demasiado próximo da estrada e nas costas das esplanadas, sugerimos a deslocalização para

a frente das esplanadas de forma a dar segurança às crianças utilizadoras do espaço.

- Alertámos para o facto de o trânsito ligeiro passar a utilizar fortemente a rua Mouzinho da Silveira das mais antigas da Cidade e ser um erro que iremos pagar no futuro.
- Propusemos que a Câmara tivesse como prioridade, em vez de um Mega-Parque de Estacionamento a luta por um Passe Social da CP até pelo menos ao Setil, é assim que se atraem visitantes por ser assim que se ajudam muitos os jovens que vivem no Cartaxo mas que trabalham em Lisboa.
- A manter-se, propusemos a alteração da localização do Parque de Estacionamento por considerarmos o mesmo factor de poluição e congestionamento de tráfego para a zona do Mercado Municipal.
- Que o Coreto se mantivesse central e não numa das fronteiras do Parque Central.
- Pedimos uma planta mais detalhada, tendo-se o Presidente da Câmara limitado a dar a sua palavra. Nunca compreendeu que as suas afirmações não bastam, é natural que os Cidadãos e os seus representantes queiram ver uma planta completa para afastar legítimas suspeições de amadorismo.

Infelizmente o Dr. Paulo Caldas esqueceu-se destas propostas, apesar de na altura nos ter naturalmente agradecido as mesmas.

As últimas irresponsabilidades do PS na Câmara são verdadeiros atentados à cidade e aos comerciantes que viram mais uma promessa ser quebrada, quando os tapumes voltaram a cortar o trânsito sem que existisse alteração no mesmo, nomeadamente ao continuar a proibição de circulação no sentido E. Secundária – Rua Batalhoz.

O Bloco de Esquerda apresentou-se a votos afirmando que questionaria, que fiscalizaria e que lutaria por uma democracia mais participada e informada, sempre apelámos a uma discussão alargada, com todos os estudos, plantas e projectos desta obra de uma forma transparente e isso o PS, nunca permitiu e propomos um voto de forte censura pela forma errada com que gere um tão importante projecto para a Cidade.

Os deputados do BE

Pedro Mendonça/Odete Cosme

Annexo 4

Handwritten signature/initials



Respostas à Assembleia

Pedido de esclarecimento

Na última Assembleia o Sr Presidente da Câmara afirmou que iria responder por escrito à esmagadora maioria das questões que o Bloco de Esquerda solicitou através desta Assembleia.

Apesar de ter prometido tais respostas a 17 de Fevereiro, só a 23 de Abril recebemos resposta à questão da Derrama, tudo o resto ficou por responder, tendo o Sr. Presidente invocado que aguardava relatórios.

É chocante que o Executivo não saiba e não tenha organizado dossier's sobre tão importantes questões, a saber, sobre o Campo da Feira, não me cansarei de perguntar:

1. Qual foi Data da avaliação do Campo da Feira assinada pelo Eng Capitão Felisberto.
2. Como é que dois relatórios iguais, com iguais pressupostos, dão uma diferença tão grande, visto que se por um lado diminui o terreno, por outro um centro escolar valoriza o restante.
3. Como e porquê foi este o Eng. o escolhido e não outro. Qual foi o procedimento de escolha?

Sobre as avenças que o Sr. Presidente afirmou estar disponível para revelar finalmente, perguntamos:

Como gere a Câmara se não sabe os avençados que tem, nem as horas extraordinárias que pagou, nem o que cada um faz na Câmara?

Este assunto ou é demonstrativo da desorganização que graça na Câmara Municipal ou da falta de transparência democrática da gestão PS na Câmara do Cartaxo.

Sr. Presidente, não faz ideia de quem tem avençado e do que fazem os avençados na Câmara ou sabe e não quer dizer?

Os deputados do BE

Pedro Mendonça/Odete Cosme



Taxa de Derrama Moção

Handwritten signature/initials

O Bloco de Esquerda propõe um voto de regozijo pelo facto de o Sr. Director Geral dos Impostos ter deferido o pedido de correcção da comunicação da Taxa de Derrama, por ter permitido que o erro cometido pela Câmara Municipal não prejudicasse mais uma vez os comerciantes do Cartaxo.

A Direcção Geral dos Impostos assumindo rapidamente e sem problemas que o modelo electrónico podia induzir em erro comportou-se com elevação e respeito para com os cidadãos do Cartaxo devendo ser um exemplo a seguir pelo executivo do Concelho.

O Bloco não pode deixar de lamentar a arrogância com que este assunto foi tratado pela Câmara, tendo sido necessário uma, em circunstância normais, desnecessária insistência da nossa parte para que analisassem a questão e tomassem acções rapidamente antes que fosse tarde demais para os comerciantes.

Os deputados do BE

Pedro Mendonça/Odete Cosme

GABINETE DA SUBDIRECTORA-GERAL DA ÁREA DOS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO

6514 233'10

Ofício n.º:

Processo: 567/2010

Entrada Geral: 2449/2010-02-01

N.º Identificação Fiscal (NIF): 506780902

Sua Ref.º: 373/2010-01-29

Técnico: Camila Gouveia

Cód. Assunto:

Origem:

Município do Cartaxo

Apartado 55

2071 - 909 Cartaxo

Assunto: PEDIDO DE ECLARECIMENTO - DERRAMAS

Exmo. Sr.

Com referência ao solicitado pelo ofício em referência, junto se remete cópia da informação nº261/2010, com despacho do senhor Director Geral dos Impostos, a deferir o pedido de correcção da comunicação da taxa de derrama.

Com os melhores cumprimentos

Pela Directora de Serviços

Maria Helena Pegado Martins

Abílio Sousa

Chefe de Divisão
(em regime de substituição)

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal.

Despacho n.º

Data

Anotações

A DIREC

17.03.2010

Despacho:

Concordo.

Procede-se como segue proposto.

16.3.2010

[Signature]

JOSE A. DE AZEVEDO PEREIRA
DIRECTOR-GERAL

A Cons. de Azevedo e Serpenteira
11.03.2010

A Subdirectora-Geral

(Teresa Gil)

Parecer n.º

Data

Anotações

Parecer:

Unidade, a fim de se definir o
pedido de esclarecimento e de introduzir
melhoramento no processo de
de interm. com o fisco.

A Cons. de Azevedo e Serpenteira

[Signature] 17.03.10

Directora de Serviços

INFORMAÇÃO

N.º 261/2010

Data 2010-02-04

Proc. 567/2010

Contribuinte 506780902

Técnico Responsável

Camila Gouveia

Assunto:

Pedido de esclarecimento - Derramas

E.G. IRC: 2449/2010-02-01

DIPLOMA: Lei das Finanças Locais

ENTIDADE INTERESSADA: Município do Cartaxo

SEDE/MORADA: Cartaxo

INTRODUÇÃO

Em requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Director Geral dos Impostos, o **Município do Cartaxo**, expõe e solicita o seguinte:

1. A Câmara Municipal do Cartaxo, em reunião ordinária realizada em 25-11-2009 deliberou propor a fixação da taxa de derrama a aplicar no ano económico de 2010:
 - a. Empresas com volume de negócios em 2009 inferior a € 150.000,00 – 0,00%.
 - b. Empresas com volume de negócios em 2009 superior a € 150.000,00 – 1,35%.
2. A referida proposta foi submetida a apreciação e **votação da Assembleia Municipal** tendo a mesma sido aprovada nos termos propostos pela Câmara municipal.
3. As referidas taxas foram comunicadas por via electrónica, em 30-11-2009, à Direcção geral dos Impostos, todavia foi indevidamente comunicada **no campo** da taxa reduzida a taxa de 0%, ao invés de comunicar a **isenção**, ao abrigo do art.º 12º da Lei das Finanças Locais, **para aquele universo** de sujeitos passivos.
De facto, afigura-se que, **tecnicamente, a Assembleia Municipal**, ao deliberar a aplicação de uma **taxa de derrama de 0,00%** ao universo de empresas com volume de negócios inferior a € 150.000, pretende conceder uma isenção a este tipo de empresas.
4. Porque o erro em **questão** leva a que todos os sujeitos passivos sejam tributados à taxa máxima de **derrama**, uma vez que a inscrição de uma taxa de 0,00% no campo da taxa reduzida é assumida como ausência de taxa, solicita que seja relevado o erro, considerando para **aquele universo** de sujeitos

passivos a isenção de derrama ao abrigo do art.º 12º da Lei das Finanças Locais, uma vez que sempre foi essa a intenção do executivo.

PARECER

1. Antes de mais, uma pequena nota sobre a proposta da Câmara Municipal do Cartaxo. Este município lançou taxas de derrama de acordo com o volume de negócios reportado ao ano de 2009.
2. A Lei das Finanças Locais, no seu artigo 14º, nº 4, refere que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse € 150.000,00.
3. Tendo em conta que, salvo raras excepções, as obrigações declarativas de IRC do ano económico de 2010 se referem ao ano de exercício de 2009 e o imposto cobrado em 2010 se refere ao exercício de 2009, não pode a taxa reduzida de derrama nem o âmbito da isenção, referir-se ao volume de negócios de 2009, mas sim do ano de exercício de 2008, porque à data da deliberação da Câmara Municipal se desconhece o volume de negócios de 2009.
4. A Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007 estipula que os Municípios podem deliberar lançar uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro Tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.
5. Como já referido, estabelece ainda no nº 4 do artº 14º da Lei das Finanças Locais que a Assembleia Municipal pode, por proposta da câmara

12. Não obstante, reconhece-se que a aceitação do valor zero poderá induzir em erro os municípios, sendo de melhorar, neste aspecto, a aplicação.

13. Por outro lado, tendo em atenção que não está, no momento, inviabilizada a liquidação e cobrança da derrama para o exercício de 2009, de acordo com o pretendido, somos de parecer que deve o pedido de correcção da comunicação ser atendido.

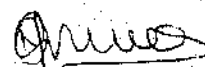
CONCLUSÃO

Face ao exposto, considerando que não está nesta data inviabilizada a liquidação e cobrança da derrama para o exercício de 2009 e que a comunicação foi feita dentro do prazo, propõe-se o deferimento do pedido do Município.

À consideração superior

DSIRC, em 2010-02-04

A Inspectora Tributária,



Camila Gouveia

Tendo em conta que a cobrança da derrama não está inviabilizada e que ainda não se procedeu à divulgação das respectivas taxas através do habitual procedimento de elaboração de ofício-circulado para o efeito, proponho o deferimento do pedido, rectificando-se a taxa comunicada electronicamente, seguindo entendimento idêntico ao sancionado no despacho nº 978/2009, desta Direcção de Serviços.

100310.

DSIRC, em 2010-02-09


(CARLOS SOUSA)
Carlos de Oliveira



Falta de água no Cartaxo

Moção

Pedido de
esclarecimento

Handwritten signature and initials.

O Bloco de Esquerda solicita ao Executivo, através desta Assembleia, esclarecimentos sobre a falta de água que ocorreu na Cidade do Cartaxo no início deste mês de Abril.

O Bloco solicita ainda esclarecimentos sobre a falta de água e sobre a falta de informação à população por parte dos serviços camarários da área da Comunicação, durante toda esta situação.

Consideramos que manda o bom senso e a responsabilidade que quando se avaria uma das bombas de água necessárias para o abastecimento público, se mande arranjá-la ou comprar outra, consoante o estado da mesma.

Manda o bom senso e a responsabilidade que, sabendo que no Verão as duas bombas que existiam nos Serviços a elevar água não conseguiam encher o depósito totalmente, havia a necessidade de bombas de reserva, para usar em caso de avaria.

Com a informação que dispomos, consideramos que toda esta situação poderia ter sido evitada se tivesse havido o bom senso e responsabilidade, basta explicar que duas bombas novas custariam menos que o que foi gasto em publicidade afixada nos tapumes colocados no início da Campanha eleitoral.

O Bloco de Esquerda, aproveita para agradecer ao Bombeiros e aos serviços da água da Câmara Municipal que durante o fim-de-semana estiveram a bombear água do depósito apoiado de 1630m³, para o reservatório elevado com capacidade de 200 m³, em permanência com cinco carros de Bombeiros e duas bombas.

Os deputados do BE

Pedro Mendonça/Odete Cosme

municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00.

6. Por outro lado, o artigo 12º deste normativo legal no seu nº 2 refere que a Assembleia Municipal pode, por proposta da câmara municipal, através da deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.
7. Refere ainda aquele normativo legal que a referida deliberação deve ser comunicada por via electrónica pela Câmara Municipal à Direcção Geral dos Impostos até ao dia 31/12 do ano anterior ao ano da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.
8. A aplicação para comunicação da taxa reduzida só pode ser validada com valor superior a zero, considerando-se aquele valor o valor da referida taxa. A aplicação aceita também o valor zero, o que significa inexistência de taxa reduzida, ou seja, todo o universo de sujeitos passivos são tributados à taxa normal de derrama.
9. Na própria aplicação existe uma chamada de atenção para este facto, referindo que " zero no campo da taxa reduzida significa inexistência de taxa reduzida".
10. Conclui-se assim que, não tendo aquele município comunicado a deliberação de uma taxa reduzida, todos os sujeitos passivos são tributados à taxa normal.
11. Para que não se confunda taxa reduzida com isenção criou-se, na aplicação, um campo apropriado para a comunicação da isenção de derrama e outro campo para o âmbito da isenção.



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

MOÇÃO

O PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO! ONDE ESTÁ?

Logo no início do mandato de 2005, foi anunciado que a **prioridade do executivo Municipal** de então apontava para a **CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA** das Contas Municipais.

Porém, como a **CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA** não teve qualquer resultado, em 2008, reconhecendo o problema, o executivo Municipal propõe, então, o Plano de **SANEAMENTO FINANCEIRO**.

Já vimos que nem com o recurso ao empréstimo para SANEAMENTO FINANCEIRO, isto é, para reprogramar a dívida e consolidar passivos financeiros, o Executivo Socialista conseguiu inverter o rumo do Endividamento.

Sucede que relativamente ao cumprimento (ou não) do PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, o Executivo Socialista não forneceu à Assembleia Municipal os elementos a que se encontra obrigado, nos termos do n.º 7 do art.º 40.º da LFL e art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março:

"7 — Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à assembleia municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro"

Já em Abril de 2008, na sessão da Assembleia Municipal em que foram discutidos e votados os documentos do "Relatório de Gestão" e as respectivas "Demonstrações Financeiras" e o "Parecer e Certificação Legal de Contas" que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2008, os Deputados eleitos pelo PSD para a Assembleia Municipal do Cartaxo, alertaram para este incumprimento.

Em Abril de 2009, a situação volta a repetir-se.... Por isso, propomos que seja aprovado esta Moção que é também um Voto de Protesto.



Anexo 9

3.

José
Dout

Voto de Pesar

A Bancada da CDU vem propor que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento a 8 de Março de 2010, de Joaquim Nunes Mota. Fundador do Grupo de Dadores de Sangue do Cartaxo a 28 de Fevereiro de 1970, foi Presidente desde a fundação do Grupo até à sua morte. É pai do Deputado Municipal Carlos Mota.

A Bancada da CDU
Ferdinando
Rodrigo A. Rodrigues

Cartaxo, 26.04.2010



Amoroso 20

CS.
Jays
Fht

Saudação ao 1º de Maio

A CDU – Coligação Democrática Unitária do Cartaxo, com acento nesta Assembleia Municipal **Saúda todos os trabalhadores:**

Os que ainda se encontram no activo, qualquer que seja o seu vínculo laboral;

Os que pela lógica e luta alcançada nestes 36 anos de democracia **deveriam** estar nos seus postos de trabalho e se viram de repente renegados para o **desemprego** ou reformas compulsivas, fruto das **opções** políticas traçadas pelo **poder económico/financeiro** e governos que a este **poder** se sujeitaram;

Os Jovens, maiores vítimas do trabalho precário e aqueles que procuram o 1º emprego;

A Situação é dramática para muitas famílias em que o único rendimento é/era proveniente do seu trabalho e que agora se encontram numa **encruzilhada** que não desejavam; Muitos vêem-se na contingência emigrar para **ganhar o sustento** e manterem a dignidade enquanto pessoas.

Unidos tenhamos **Vontade Coragem e Força** para Lutarmos por um Futuro melhor! Neste 1º de Maio de 2010 deveremos vir para a rua demonstrar que não somos amorfos/indiferentes, tal como o demonstraram no passado, os trabalhadores devem lutar pelos seus direitos. Podem sempre contar com o apoio da CDU e das forças políticas que a compõem. Façamos como nos diz o poema de José Carlos Ary dos Santos, **O Futuro:**

isto vai meus amigos isto vai /um passo atrás **são sempre dois em frente/** e um povo verdadeiro não se trai/ não quer **gente mais gente que outra gente.**

Isto vai meus amigos isto vai/ **o que é preciso é ter sempre presente/** que o presente é um tempo que se vai/ e o futuro é o tempo resistente.

Depois da tempestade há a **bonança/** que é verde como a cor que tem a **esperança/** quando a água de Abril sobre nós cai.

O que é preciso é termos **confiança/ se fizermos de Maio a nossa lança**

Isto vai meus amigos isto vai.

A Bancada da CDU

Cartaxo, 26.04.2010

CS.
Jays
Fht
Rodrigo A. Rodrigues

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data : 27 de Abril de 2010

N.º de Páginas : 11

Assunto:

“Relatório de Gestão (RG) de 2009” com as “Demonstrações Financeiras (DF)” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas”

Tendo analisado os documentos do “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2009, os Deputados eleitos pelo PSD para a Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

O que foi PROMETIDO no ORÇAMENTO para 2009
O que foi EFFECTIVAMENTE CONCRETIZADO em 2009...

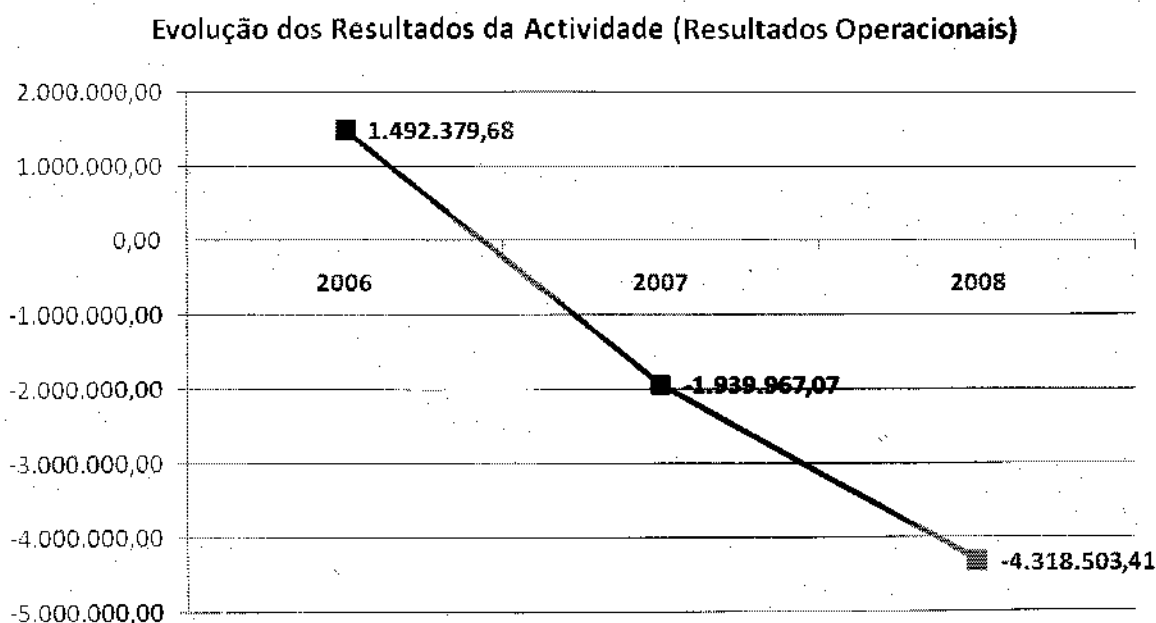
a) Ao nível da DESPESA, destaca-se:

- i. Uma previsão global de 54,5 M€ com uma concretização de 15,0 M€, ou seja, cerca de 27,6% - **O MENOR GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE SEMPRE NA HISTÓRIA DO CARTAXO;**
- ii. A aquisição de bens de capital representa 2,81% do total das despesas – Quase insignificante – encontrando-se, por exemplo, abaixo da aquisição de bens para consumo corrente (3,13%);
- iii. As despesas com o pessoal são superiores a metade das despesas pagas pelo Município (51,47%) e o serviço da dívida (juros e outros encargos + passivos financeiros) representa 17,69%;

- b) Ao nível da **RECEITA**, destaca-se o facto de numa previsão global de 52,3 M€ (sem o saldo da gerência anterior) apenas se concretizarem 13,4 M€, ou seja, cerca de 25,5% - **A MENOR ARRECADAÇÃO DE RECEITA DOS ÚLTIMOS 8 ANOS NA HISTÓRIA DO CARTAXO - EM 2002 A RECEITA COBRADA FOI DE 13,9M€**

Afinal, os empolamentos e as considerações tecidas na discussão dos Documentos Previsionais de 2009 faziam sentido...

OS RESULTADO OPERACIONAIS...

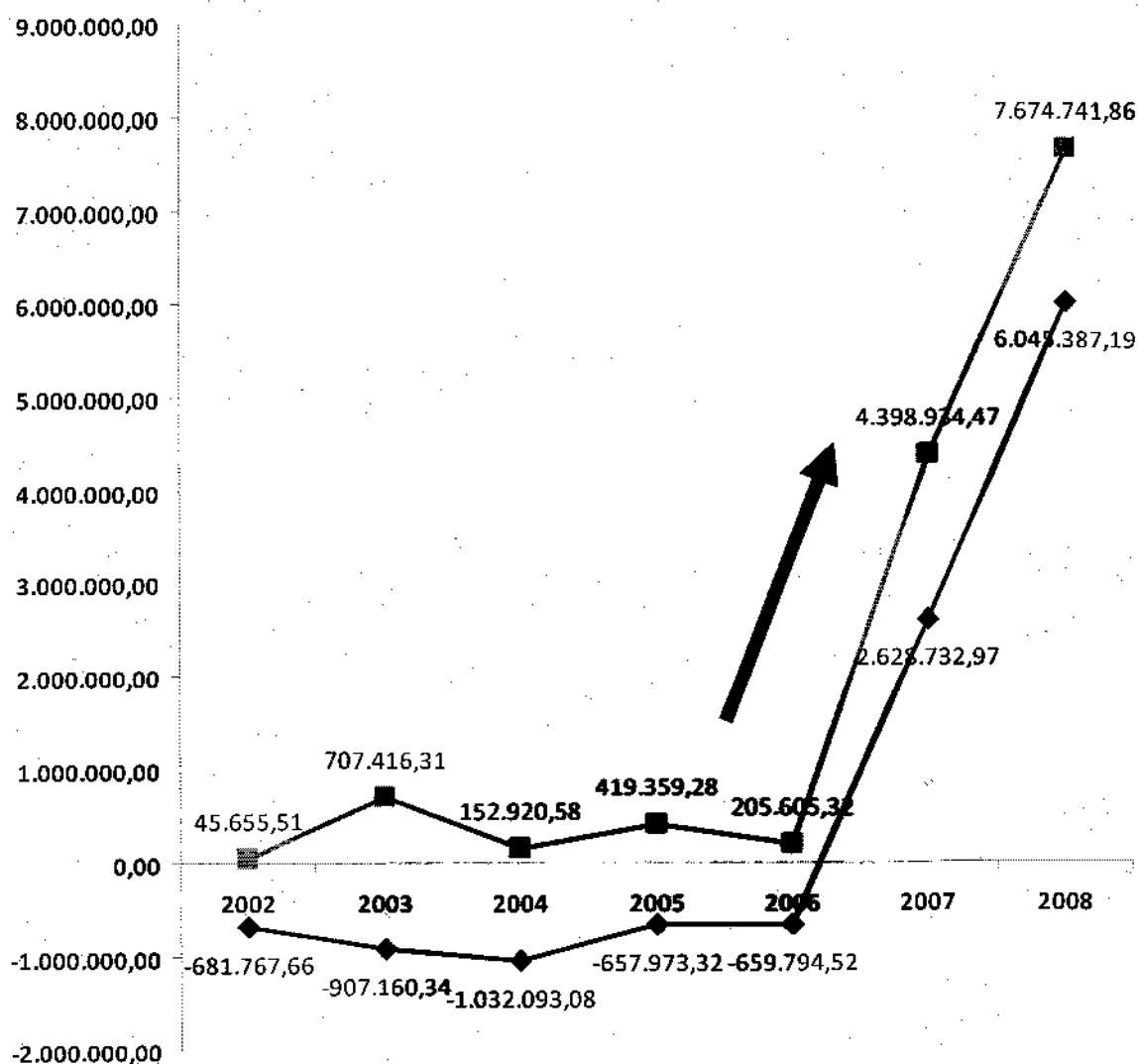


Em 2009 a tendência mantém-se! Os **Resultados Operacionais** continuam **negativos** (-3,9 Milhões de Euros) continuando a comprovar a **inacção** e a incapacidade desta **gestão socialista**.

O Executivo PS não consegue operacionalizar o Município. Ou seja, a operacionalidade do Município, não se paga a si própria... E sem os proveitos da venda de água com a concessão...

A EVOLUÇÃO DOS RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS...

**Evolução dos Proveitos Extraordinários e Resultados
Extraordinários de 2002 a 2008**



Os Proveitos e Custos Extraordinários, bem como os Resultados Extraordinários, sempre foram estáveis de 2002 a 2006. Todavia, a partir de 2007, eles tiveram de ser empolados. Em 2009, os Resultados Extraordinários corresponderam a 4,2 Milhões de Euros...

Em 2007 e 2008, os proveitos extraordinários associados à operação inventada e reforçada (que deu origem a uma das RESERVAS nas Certificações Legais de Contas de 2007 e 2008), cresceram acima do necessário para colocar os RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POSITIVOS – é a chamada reengenharia financeira “com o rabo de fora” deste Executivo Socialista e, portanto, facilmente desmascarada!!!

O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO...

No documento pode-se constatar que o Resultado Líquido do Exercício sofreu um decréscimo de 1480 mil euros para 273 mil euros, mas que seriam negativos se não fossem feitas as trapalhadas que o ROC foi apontando ao longo dos últimos anos nas reservas colocadas na Certificação Legal de Contas. Por exemplo, se não fossem imputados 6,8 Milhões de Euros ao Resultado do período, como é dito no parágrafo 8 da Certificação Legal de Contas (pág. 156), o RLE seria negativo em 6,5 Milhões de euros.

O AUMENTO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO EM 2009...

As dívidas de curto prazo em 2008 correspondiam a 6,4 milhões de Euros.

Em 2009, estas dívidas passaram para 14,3 milhões de Euros, o que significa um crescimento desta dívida em cerca de mais 8 milhões de Euros.

Será do pagamento de obra realizada como tem afirmado o Presidente Paulo Caldas?

A resposta encontra-se nas 45 páginas destinadas ao arrolamento dos fornecedores e outros credores do Município e da gestão de Paulo Caldas (págs. 225 a 269 das Demonstrações Financeiras).

Handwritten signature

É VERGONHOSA, MAS BEM CLARIFICADORA essa listagem de dezenas de dívidas abaixo dos 20 EUROS ou das centenas de dívidas que aí constam com montantes inferiores a 200 EUROS.

Deixamos aqui alguns exemplos:

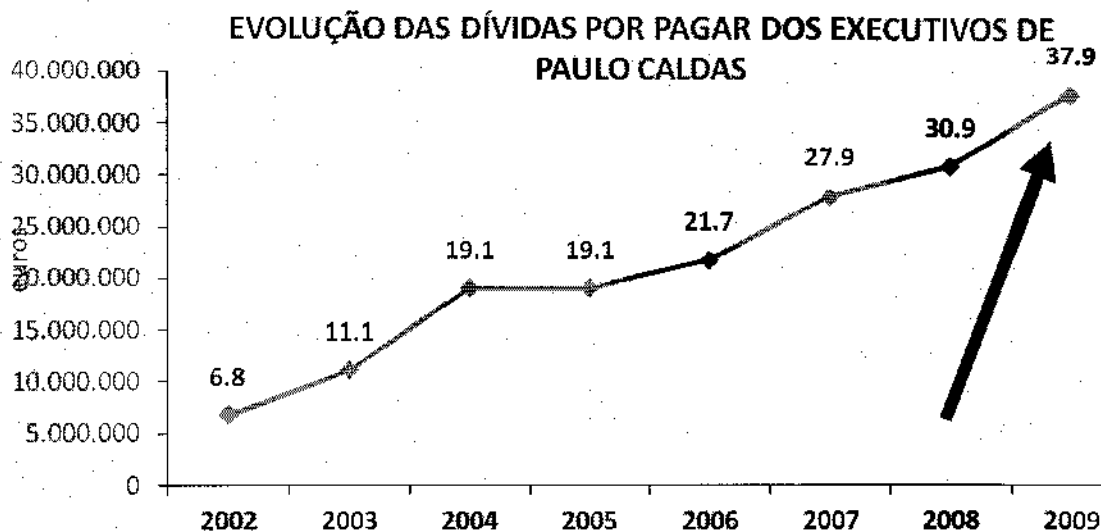
- 12,06€ à Casa Brincheiro Antero Alves, Lda (pág. 225 das DF),
- 7,67€ à Districartaxo Supermercados, SA,
- 15,19€ ao Tribunal de Contas (pág. 230 das DF),
- 5€ à Galpgeste, Lda
- 5,80€ à Perfumaria Howell Guedes de Maria Helena de Seabra (pág. 232 das DF)?

Numa recente entrevista ao jornal "O Povo do Cartaxo" (de 23 de Abril de 2010) o Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, Paulo Caldas, garantia que **"Comprometo-me a pagar a dívida até ao Verão"**.

Como fazê-lo? PC disse: "5,5M€ por via da concessão; 5,6M€ por via de acordos de regularização de dívida (ARD); e 2M€ por recurso a novo empréstimo bancário.", ou seja, **estamos a falar de MAIS 13,1 M€, para além dos já contraídos e utilizados para SANEAMENTO FINANCEIRO de 13 M€.**

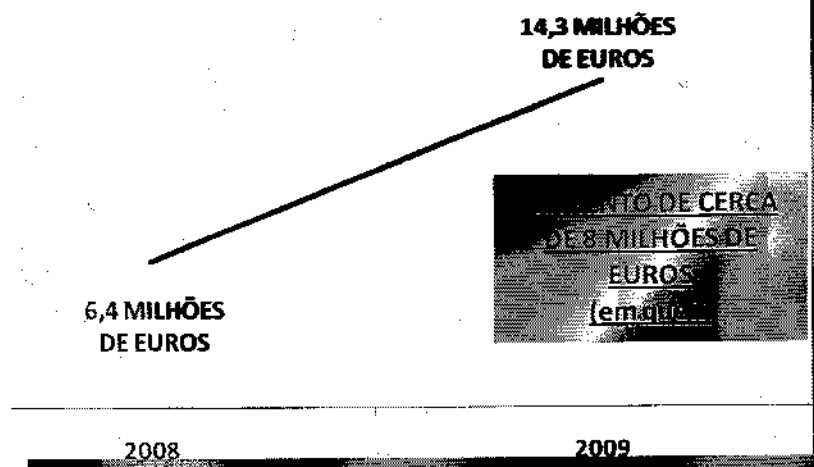
A única via legal de PC é a da concessão. Os ARD são empréstimos encapotados, nos quais o Município suporta dos juros ilegalmente e a **contração de novo** empréstimo para este tipo de dívida já existente não se afigura possível, na medida em que o Município se encontra em processo de saneamento financeiro, não esquecendo que tudo terá de ser pago mais tarde....

Que dívida é que se pretende pagar? É esta dívida (quadro seguinte)? A DIVIDA GLOBAL que corresponde a **38 MILHÕES DE EUROS?** A que aumentou 7 MILHÕES EM 2009?



Ou será a DÍVIDA DE CURTO PRAZO? 14,3 MILHÕES DE EUROS? A que aumentou 8 MILHÕES em 2009, apenas num ANO?

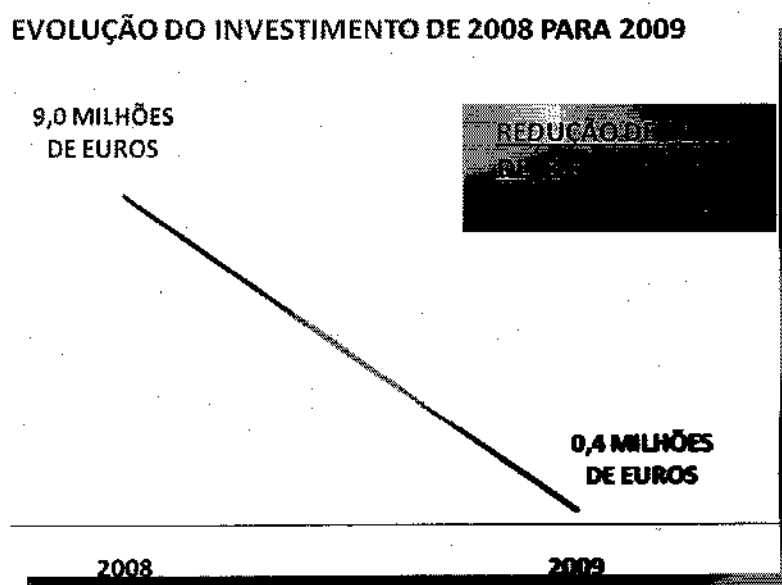
**EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO POR PAGAR
DE 2008 PARA 2009**



Se fizermos contas simples e sabendo que Paulo Caldas pensa pagar 13,1 M€ dos 14,3M€ que deve de curto prazo, como indicou ao jornal "O Povo do Cartaxo", vemos que há uma parte (fora o que se descobrirá em 2010, sobretudo o resultante das eleições!) que fica de fora.

O INVESTIMENTO QUE FOI EFECTIVAMENTE CONCRETIZADO EM 2009...

Vejamos a evolução do Investimento pago de 2008 para 2009:



Em 2009, o Investimento PAGO foi o pior da última década da história do Cartaxo fixando-se nos 422 mil euros!!!

O Investimento Realizado (pago ou não) de 2008 para 2009 (pág. 15 das DF – diferença entre o saldo final e o saldo inicial) rondou os 2,4 MILHÕES DE EUROS.

Justifica-se perguntar: se a dívida de curto prazo aumentou 8 MILHÕES DE EUROS e se o INVESTIMENTO REALIZADO rondou os 2,4 MILHÕES, onde foram gerados os restantes 5,6 MILHÕES DE EUROS?

AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO E O QUE FOI CONCRETIZADO EM 2009...

No quadro seguinte traçamos por grandes áreas de intervenção, as promessas e as concretizações do executivo maioritário de Paulo Caldas para 2009, em matéria de Investimentos (nesta prestação de contas deixaram, subitamente, de ser feitas análises à execução dos planos – PPI, AMR, GOP...):

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	Prometido	Cumprido	Taxa de Cumprimento (%)
01 - Serviços Gerais de Administração Pública	3.486.805	75.539	2,17
02 - Segurança e Ordem Públicas	92.869	14.906	16,05
03 - Educação	7.676.476	21.896	0,29
04 - Acção Social	2.000	0	0,00
06 - Serviços Colectivos e Habitação	5.294.941	106.361	2,01
07 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.347.893	99.146	7,36
08 - Agricultura	29.000	0	0,00
09 - Indústria e Energia	464.677	3.124	0,67
10 - Transportes e Comunicações	6.822.397	32.261	0,47
11 - Comércio e Turismo	933.809	50.120	5,37
12 - Outras Funções Económicas	445.852	18.454	4,14
	26.596.720	421.808	1,59

Em 26,6 MILHÕES € de investimento prometido para 2009, Paulo Caldas concretizou 422 mil €, realizando 1,59% das suas promessas!!! Esta é mais uma marca histórica alcançada por Paulo Caldas – o pior investimento pago de sempre na História do Cartaxo.

RETÓRICA E "AREIA PARA OS OLHOS" DOS CARTAXEIROS...

Vejamos alguns casos:

- a) Pág. 6 do RG, ponto 1, 3.º parágrafo – *"A Consolidação Efectiva do Concurso Público Internacional durante o ano em análise"*, quando efectivamente a contratação ocorreu em 2010;
- b) Pág. 6 do RG, último parágrafo – *"Realça-se o facto do activo líquido, no mandato 2005-2009 ter praticamente triplicado, o que é notável"*. De facto, passou de 38,7 M€ para 91,5M€, o que representa um aumento de 52,9M€, sendo que 40,6M€ desse aumento decorrem, como é referido na Reserva do ROC (parágrafo 8, pág. 156 do RG), do *"concurso internacional para cedência de serviços de águas que foi contratado em 2010"*!! Mesmo com esta operação, não triplicou.
- Porém, apesar desta generosidade na análise ao Activo Líquido, não se faz nenhuma referência ao Passivo... Porquê? Porque o que triplicou nesse período foi o Passivo (dívidas) que passaram de 25,2 M€ para 75,3 M€ no início e no fim do referido mandato.
- c) Pág. 7 do RG, ponto 4 – *"Os compromissos assumidos com a realização do investimento em 2009, manteve-se ao mesmo nível do ano anterior"*. Já vimos, por exemplo, que o investimento pago foi reduzido de 9 Milhões € para 422 mil €, ou seja, menos 95,33% de 2008 para 2009 (dados evidenciados na 1.ª linha do 1.º quadro da pág. 43 do mesmo Relatório de Gestão ou na pág. 36 deste Relatório);
- d) Pág. 7 do RG, ponto 5 – *"No que respeita à situação económico-financeira, fruto da política de consolidação financeira desenvolvida desde o início do mandato, verificou-se uma efectiva redução da dívida a fornecedores e empreiteiros e também do endividamento de médio e longo prazo. O endividamento global manteve-se, assim, estável ao longo do*

mandato 2005-2009". De 2008 para 2009, as dívidas a terceiros (curto, médio e longo prazos) cresceram 22,75%, ou seja, mais 7 MILHÕES DE EUROS (dados evidenciados na 1.ª linha do 2.º quadro da pág. 43 do mesmo Relatório de Gestão). As dívidas por pagar (sem provisões) passaram de 19,1 M€ em 2005 para 37,9 M€ em 2009, ou seja, aumentaram 18,8M€ (duplicaram) e Paulo Caldas assegura que o endividamento global manteve-se estável!!!

Aqui está um pouco do muito mais que haverá por dizer acerca desta gestão cor-de-rosa e de outros aspectos já abordados em anos anteriores, como os dos incumprimentos do plano de saneamento financeiro, do limite de endividamento líquido, etc...

ALGUNS INDICADORES DO EXERCÍCIO...

1- Total das Dívidas da Câmara Municipal do Cartaxo 'per capita' (por Município):

- Em 31 de Dezembro de 2009 cada Município do concelho do Cartaxo devia 1.505 Euros (37.866.244 Euros / 25.156 Municípes)
- Em 31 de Março de 2010 cada Município do concelho do Cartaxo devia 1.616 Euros (40.662.765 Euros / 25.156 Municípes)

2- Ao crescimento da dívida está indubitavelmente associada a dependência financeira do Município face a terceiros. Em 2009, a autonomia financeira municipal fixou-se em 17,7%, ou seja, os fundos próprios representam 17,7% do activo municipal, percentagem demasiado baixa para um Município (pág. 31 RG).

3- A Câmara Municipal do Cartaxo deve mais de 13 mil Euros aos autarcas eleitos para a Câmara e Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta de Freguesia, referentes ao ano de 2009. Será que as dívidas aos membros desta Assembleia (págs. 247 a 249) também serão objecto de Acordo de Regularização de Dívida (ARD)?

Handwritten signature/initials

O PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO! ONDE ESTÁ?

Relativamente ao cumprimento ou não do PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, o Executivo Socialista não forneceu á Assembleia Municipal os elementos a que se encontra obrigado, nos termos do n.º 7 do art.º 40.º da LFL e art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março:

“7 — Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à assembleia municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro”

Já em Abril de 2008, na sessão da Assembleia Municipal em que foram discutidos e votados os documentos do “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2008, os Deputados eleitos pelo PSD para a Assembleia Municipal do Cartaxo, alertaram para este incumprimento.

Em 2009, a situação volta a repetir-se....

VOTAÇÃO:

Os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo votam contra o “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2009.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

Grupo   **PS**

LISIA A

CS
António
António

ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA
A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO
DO PDM

O grupo do Partido Socialista propõe para integrar, como efectivo, a Comissão atrás referida o membro desta Assembleia Sr. António José Pego.

PROPOSTA

Anexo 13

1) GRUPO PARLAMENTAR DO P.S.D.

PROPOZ ~~GRUPPO~~ LEIJA FATO PARA



REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA

A COMISSÃO DE RECOMPANHAMENTO (CA) DA ELABORAÇÃO

E DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM).

2010. 04.27

G.P. PSD da Ass. Munic.

LISTA 3

by
Foto
João

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

Grupo



ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O
CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

O grupo do Partido Socialista propõe para integrar, como efectivo, o Sr. João Edgar Carreira de Oliveira, o Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Pedra, o Sr. Joaquim Edgar Carreira de Oliveira.

29
J. Sobreira
J. Sobreira

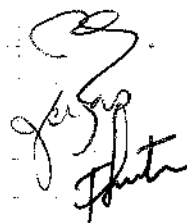
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

Grupo



ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O grupo do Partido Socialista propõe para integrar, como efectivo, o Conselho Municipal de Educação, o Presidente da Junta de Freguesia de Pontével, o Sr. José António Sobreira.

PROPOSTA


CONSIDERANDO QUE A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO
41/PC/2010 QUE O EXECUTIVO SUBMETE
PARA DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
Sobre a DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA E PLANO
DE GASTOS DO ANO 2009, REFERIA TAMBÉM
A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO
LÍQUIDO DO EXECUTIVO

ASSIM PROPOSTO QUE SEJA INCLUIDO
NA ORDEM DE TRABALHO O PONTO 8, QUE
TERIA A SEGUINTE REDACÇÃO:

a) APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXECUTIVO,
AO ADARSO DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO
ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE
18 DE SETEMBRO COM AS ALTERAÇÕES
INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002
DE 11 DE JANEIRO "

CANTAXO 27/04/2010

JOÃO PS